NÚMERO DO PROCESSO

64321.019104/2022-61

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

DATA: 10 de novembro 2022

VOLUME III

ORIGEM: **COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR**

DESTINO: **CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO**

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2022 – **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA (QS).**

OBSERVAÇÕES:

MOVIMENTO DO PROCESSO									
	DESTINO	DATA				DESTINO	DATA		
1					16				
2					17				
3					18				
4					19				
5					20				
6					21				
7					22				
8					23				
9					24				
10					25				
11					26				
12					27				
13					28				
14					29				
15					30				

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Ao décimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, procedo a abertura deste volume III do Processo Administrativo nº 64321.019104/2022-61 que se inicia com a folha de nº 412. Para constar lavrei o presente termo.

[redacted]

ARIANE UMBELINO DA SILVA – 3º Sgt
Aux. SALC/12ª RM

FL Nº 412

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

PROCESSO: NUP: 64321.019104/2022-61
ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO – aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS).
OBJETO: saneamento dos autos em atenção aos apontamentos registrados no PARECER nº. 05051/2022/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU-PAF.

TERMO DE ESCLARECIMENTO DAS PONDERAÇÕES APONTADAS PELO PARECER nº. 05051/2022/ NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU-PAF

De acordo com a Parecer nº. 05051/2022/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU-PAF, referente ao Processo em tela, esta Administração atende as recomendações tecidas no supracitado Parecer, com os esclarecimentos abaixo especificados:

15. Igualmente, o trabalho de análise jurídica do edital, anexos e demais documentos, a cargo da Consultoria Jurídica da União é extremamente dificultado, desnecessariamente mais trabalhoso e demorado, com repercussão nos demais processos, na medida em que se perde muito tempo, numa análise que poderia ser imensamente facilitada se houvesse o engajamento do Órgão Assessorado com a simples adoção da digitalização dos documentos a serem juntados aos autos em um formato de um PDF pesquisável (OCR).
R. Informo que nos próximos processos encaminhados à CJU, este Órgão irá anexar os arquivos no formato OCR. Saneada a questão.

22. Logo, calcado em evitar a solução de continuidade do abastecimento e o compromisso de realizar, em paralelo, ou depois da deflagração deste Pregão, o procedimento previsto no § 1º, do art. 1º do Decreto nº 8.437/2005, entende-se pela possibilidade de realização da presente licitação, devendo tanto juntar aos autos a comprovação de que foi realizada a Chamada Pública para a compra no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios para a aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei n.º 11.326/2006 e que tenham a Declaração de Aptidão do PRONAF–DAP, ressalvadas as exceções previstas em seu art. 2º.
162. Pois bem, conforme nas linhas volvidas, mais especificamente nos parágrafos 17 a 23, orientamos que no escopo do Item 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO, haja a inserção de regramento adicional de modo que para que o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326/2006, seja atendido futuramente conforme estabelece o Decreto nº 8.473/2015.
R. Foi acostado aos autos do processo conforme fls. 416-419, Ata de realização da Chamada Pública nº. 02/2022, referente à aquisição de gêneros alimentícios de quantitativo de subsistência, provenientes de agricultores familiares. A referida Chamada Pública foi realizada no dia 12 de setembro de 2022, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, gerando a Dispensa de Licitação nº. 31/2022. Do exposto, por já ter sido atendido o regulamentado no Decreto nº. 8.473/2015, este Órgão não vê a necessidade de inserção de tal regramento no item 2, do Termo de Referência. Saneada a questão.

FL Nº 413

38. Uma vez que foge às atribuições deste órgão de assessoramento jurídico investigar ou auditar eventual existência de delegação de competência, a autoridade assistida deve se certificar sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, para aferir se a autoridade indicada na minuta possui competência para a representar a União na celebração do contrato a ser firmado.

39. De todo modo, em razão da expressão do valor da demanda que está com estimativa de dispêndio prevista para a monta total de R$ 59.674.801,93 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e um reais e noventa e três centavos), exurge fundamental que seja comprovada a competência formal do ordenador de despesa deste procedimento quando da eventual realização da despesa que lhe é correspondente.

R. A Portaria MPOG nº. 249, de 13 de junho de 2012 foi revogada pela Portaria nº. 1.948, de 7 de março de 2022, na qual declara a revogação da Portaria nº. 249/2012 do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para fins do disposto no art. 8º do Decreto nº. 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Em relação ao descrito nos itens em questão sobre a contratação de atividade de custeio, resta elencar o Decreto nº. 10.193, de 27 de dezembro de 2019, onde em seu art. 3º dispõe sobre a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos às atividades de custeio.

Do exposto, informo que os bens a serem adquiridos por este Órgão não constituem atividade de custeio, conforme Declaração acostada aos autos do processo (fl. 420). Por esse motivo, não há a necessidade de comprovar formalmente a competência do representante da União na celebração do contrato a ser firmado. Saneada a questão.

42. No presente caso destes autos o Órgão não realizou a avaliação de conformidade legal adequadamente ao deixar de anexar a lista constante dos Anexos I e II da Orientação Normativa SEGES/MP nº 02/2016, apenas anexando a correspondente da AGU (fls. 02 a 07), sendo pertinente aludido suprimento.

R. A lista constante dos anexos I e II, da Orientação Normativa SEGES/MP nº. 02/2016 foi acostada aos autos conforme fl. 421-429. Saneada a questão.

77. De qualquer forma, tendo em vista decisões recentes do Tribunal de Contas da União, sugerimos que "eventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes esteja devidamente motivada no processo administrativo (TCU. Acórdão 2037/2019 Plenário).

R. A Justificativa para Adesão à Ata de Registro de Preços foi juntado ao processo encaminhado a esta CJU conforme fl. 168. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

88. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar a(s) dimensão(ões) dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação (artigo 2º, § 1º, Decreto nº 10.024/2019). Sobre as diversas dimensões, há subsídios orientadores no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no site da AGU.

R. Os critérios e práticas de sustentabilidade foram indicados no item 14 do Estudo Técnico Preliminar e no item 12 do Termo de Referência, levando em consideração os subsídios orientadores do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

133. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o artigo 10, inciso IX, Lei nº 8.429/1992, e artigos 38 e 55 da Lei nº 8.666/1993.

R. Conforme dispõe o art. 7º, § 2º, do Decreto nº. 7.892/2013, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida na formalização do contrato ou do instrumento equivalente. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

FL Nº 414

134. Cabe também alertar para que seja anexada a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

R. A Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira foi acostada aos autos do processo conforme fl. 430. Saneada a questão.

146. Também é relevante orientar para que esse Órgão informe se o objeto a ser licitado está contemplado no Plano Anual de Contratações, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2019, do Secretário de Gestão do Ministério da Economia.

R. A Instrução Normativa nº. 01/2019, do Secretário de Gestão do Ministério da Economia dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. Do exposto, a presente aquisição não está relacionada com TIC e em relação ao planejamento da contratação, resta elencar o que foi relacionado no item 11 do Estudo Técnico Preliminar. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

156. Primeiramente, a propósito de atribuir sincronia de regramentos entre o Item 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA e o 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, orientamos que os respectivos subitens 6.1.1 e 7.5.1, passem a adotar as seguintes redações:

> **"6.1.1. Valor unitário e total do item...." - (ORIENTAÇÃO - manter)**
>
> **"7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e total do item....." - (ORIENTAÇÃO - ajustar)**

R. Informo que no sistema do Portal de Compras do Governo Federal existe uma diferença entre o preenchimento da proposta e a formulação dos lances, onde, o preenchimento da proposta é realizado contendo o valor unitário e total do item, independente do sistema de contratação, e, a formulação dos lances no pregão eletrônico é realizada pelo valor total do item, enquanto no pregão para registro de preços e realizada pelo valor unitário do item. Do exposto, não há a possibilidade de atender a orientação contida no item em questão, tendo em vista poder prejudicar a fase de lances do certame. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

157. Outrossim, diante da correta previsão de participação do produtor rural neste certame a teor dos subitens 4.1.3 e 8.2, por via reflexa impõe-se que seja estipulada regra para sua Habilitação Jurídica, pelo quê, deverá ser reinserido o subitem 9.11.7, atualmente tachado na minuta correspondente, cujo texto segue adiante reproduzido:

> **"9.11.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165)."**

R. O subitem 9.11.7 foi incluído no Edital sendo renumerado para o subitem 9.2.7. Saneada a questão.

166. Em vista disso, especificamente quanto ao que consta no subitem 1.3, ponderamos que há de se confundir a vigência da ata de registro de preços com a contratação a ser efetivada.

R. O subitem 1.3 do Termo de Referência trata sobre a cota reserva para ME/EPP e não sobre vigência da Ata de Registro de Preços. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

168. Alfim, propomos que no âmbito do Item 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, seja inserido um subitem adicional, obtido a partir do modelo padronizado e que foi omitido na minuta sob exame, sendo a respectiva numeração ajustada onde couber, cujo texto segue adiante reproduzido:

"19.x. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "19.2.6" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência."

R. Informo que o texto do subitem em questão encontra-se contido no subitem 19.2.6.1 do Termo de Referência, juntado ao processo encaminhado a CJU conforme fl. 239. Assim, não há providência a ser adotada em relação a este ponto, salvo melhor juízo.

171. No presente caso, verifica-se que a minuta foi juntada ao processo e atende a tais pressupostos, porém, em razão deste certame não contar com Órgão participante, por via reflexa, tanto implicará na supressão integral do subitem 6.3, bem como no escopo de regramento do regramento do subitem 6.2.,ambos integrados ao Item 6. DAS PENALIDADES, se faz pertinente ser retirada a seguinte expressão: "...exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013)".

R. Foi realizada a supressão dos subitens conforme orientação. Saneada a questão.

Manaus-AM, 09 de novembro de 2022

[redacted]

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 416

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
"Região Mendonça Furtado"
(UG: 160014)

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2022

ATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

Ata da sessão iniciada às 09:00 horas do dia 12 de setembro de 2022, no auditório do Comando da 12ª Região Militar, com intuito de iniciar os atos administrativos da Chamada Pública nº 02/2022 – 12ª RM, referente à aquisição de gêneros alimentícios provenientes de agricultores familiares.

Presentes os seguintes militares: Cap FABIO **FASANO** PIMENTEL, Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL/12ªRM; Membros da Comissão Permanente de Licitação; 1º Ten **ERIKA** DOS SANTOS MELO e o Sub Ten JUCIANO CURY **CUESTA,** presentes ainda, os participantes da relação em anexo.

Reaberta a sessão pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL/12ª RM, às 13:00 horas, foi dado continuidade aos trabalhos de julgamento das propostas de preços.

Segue a relação dos empreendimentos da Agricultura Familiar, habilitados e não habilitados.

NR ORD	LICITANTE	RESULTADO
01	COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS BOM SUCESSO, CNPJ: 28.131.176/0001-00	HABILITADO
02	COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DO RAMAL DO BANCO E ÁGUA BRANCA, CNPJ: 12.083.206/0001-01	HABILITADO
03	COOPERATIVA AGRÍCOLA INDÍGENA NOVA ESPERANÇA, CNPJ: 34.590.706/0001-72	HABILITADO
04	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI, CNP 00.984.909/0001-21	HABILITADO
05	COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE BORBA, CNPJ: 14.968.310/0001-09	HABILITADO
06	ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICIPIO DE ENVIRA, CNPJ: 24.065.333/0001-67	HABILITADO
07	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE ALTAMIRA, CNPJ: 20.116.891/0001-53	HABILITADO
08	COOPERATIVA AGRÍCOLA ALFREDO CHAVENSE LTDA, CNPJ: 98.670.003/0001-37	HABILITADO

FL Nº 917

09	COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAÍ SUPERIOR LTDA, CNPJ: 91.360.420/0001-34	HABILITADO
10	ASCOP AGRICULTORES FAMILIARES E COOPERATIVA DO BRASIL, CNPJ: 23.040.383/0001-27	HABILITADO
11	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ITACOATIARIA-AM, CNPJ: 29.864.814/0001-56	NÃO HABILITADO

Dá análise da documentação apresentada, a CPL/12ªRM julgou HABILITADOS todos os licitantes credenciados ao presente certame, **exceto** a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ITACOATIARIA-AM – CNPJ: 29.864.814/0001-56, pelas seguintes razões:

O fornecedor ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ITACOATIARIA-AM, inscrita no CNPJ nº 29.864.814/0001-56, teve sua habilitação indeferida, em razão de não haver apresentado Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Face ao exposto, a Comissão Permanente de Licitações – CPL/12ª RM, delibera pelo arquivamento da documentação da habilitação, com a proposta (lacrada), para a retirada do interessado, querendo.

E nada mais havendo a tratar, às 16:20 horas foi dada por encerrada a reunião, com abertura de prazo recursal, cuja apresentação encerrará em 5 dias úteis, a contar de 13 de setembro 2022.

Manaus - AM, 12 de setembro de 2022.

[redacted]

FÁBIO FASANO PIMENTEL – CAP QCO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

MEMBROS DA COMISSÃO:

[redacted]

ÉRIKA DOS SANTOS MELO – 1º Ten
Membro da SALC

[redacted]

JUCIANO CURY CUESTA - ST
Membro da SALC

FL Nº 918

MEMBRO DO APOIO JURIDICO:

[redacted]

CLAUDIMIRO GOMES DO LIVRAMENTO – Cap Veterano PTTC

MEMBROS AUXILIARES E TESTEMUNHAS:

[redacted]

MARIO ALVES GOMES FILHO – 1º Sgt
Membro da SALC

[redacted]

KASSYA KELLY DA SILVA CABRAL - 3º Sgt
Membro da SALC

[redacted]

ARIANE UMBELINO DA SILVA - 3º Sgt
Membro da SALC

MEMBRO DO CENTRO DE COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS:

[redacted]

CIBELE REGINA NOGUEIRA PANTOJA - 3º Sgt
Membro do CCOL

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE PRESENTES NA SEÇÃO PÚBLICA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2022

Nº	NOME	ASSOCIAÇÃO	CNPJ	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
1	ZUZA CAVALCANTE	COOINE	34507060006172	987507669	ZCAVALCANTE9@GMAIL.COM	[redacted]
2	PAULO ABREU	COMPRAB	32083206000201	99837279	PMPA.ABREU@GMAIL.COM	
3	NAZARENO RAMOS	COOPBO	34.968 326000119	996082.60	NAZARENOBORBA7@GMAIL.CO	
4	FRANCISCO CARVALHO	APEACA	20116891000158	9710 12850	FLCDELIMA@GMAIL.COM	
5	JEFERSON FERNANDO	ASCOP	23074038300039	992997155383	JEFFNANDO@HOTMAIL.COM	
6	JOAN LIMA	AAME	24065335000167	99798708 9709	AAMEJOAN@GMAIL.COM	
7	ANA ALICE	ASPROC	00984909000152	92 99344 5963	ANABRASILO@GMAIL.COM / ANABRASILO@YAHOO.COM.BR	
8	~~BRUNO ARAUJO~~	~~ASPROITA~~				
9	BRUNO ARAUJO	ASPROITA	29864812000156	982453380	BRUNO_THOMAZ@HOTMAIL.COM	
10	TEREZINHA DA SILVA	COOPBO	34968326000124	29996361880	TEREZA_MARTINSSV@HOTMAIL.C	
11						
12						
13						
14						
15						

FL Nº 420

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MEDONÇA FURTADO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2022
NUP: 64321.019104/2022-61

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO

Declaro para os devidos fins que a aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS), não é considerada atividade de custeio, conforme prevê o art. 8º do Decreto nº. 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

Manaus-AM, 09 de novembro de 2022.

[redacted]

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

[redacted]

FL Nº 421

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo I

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM	NÃO	FOLHA	OBS.
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico?	X	-	08	( )
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?	X	-	329-345	( )
3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item?	-	X	-	( )
○ 3.1 A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise?	-	-	-	**(N/A)**
○ 3.2 A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor?	-	-	-	**(N/A)**
4. A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação e aprovou o Termo de Referência? 4.1 No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013?	X	-	11 e 72	( )
5. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?	X	-	357	( )
6. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?	X	-	345	( )
7. A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?	X	-	354 e 355	( )
○ 7.1 A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo	X	-	355	( )

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo I

efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação?				
8. No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?	-	X	-	( )
○ 8.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?	X	-	351	( )
○ 8.2 No caso de existir órgãos ou entidades participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização?	-	-	-	**(N/A)**
○ 8.3 A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência?	-	-	-	**(N/A)**
9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014?	X	-	107-162	( )
○ 9.1 Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	-	-	-	**(N/A)**
○ 9.2 Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros	X	-	81-92	( )

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

FL Nº 423

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo I

previstos nos incisos I (Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2° da IN SLTI/MP n ° 5, de 2014?				
10. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP?	-	-	-	**(N/A)**
11. Há minuta de edital e anexos?	X	-	357-388	( )
○ 11.1 termo de referência;	X	-	169-241	( )
○ 11.2 contrato ou documento assemelhado;	X	-	385-388	( )
○ 11.3 ata de registro de preços, se for o caso; e	X	-	380-384	( )
○ 11.4 planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso (serviço).	-	-	-	**(N/A)**
12. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?	-	-	-	**(N/A)**
13. O edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos?	X	-	326 e 327	( )
14. O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente?	X	-	357-379	( )
15. O edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de acordo com a IN nº 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo?	X	-	357-379	( )
16. Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência?	X	-	357-379	( )

FL Nº 429

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo I

17. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015?	X	-	357-379	( )
18. Os autos foram instruídos com parecer jurídico?	X	-	391-411	( )
○ 18.1 Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?	-	X	391-411	( )
○ 18.2 Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto?	X	-	412-415	( )
19. O prazo definido para publicação é adequado ao objeto da licitação, considerando a complexidade do objeto, em respeito aos princípios da publicidade e da transparência?				( )
○ 19.1 Quanto ao âmbito de publicação houve obediência ao disposto no art. 17 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e IV, §1ºda Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?				( )

ITEM	OBSERVAÇÃO

NA – Não se aplica.

Manaus-AM, de de 2022

Pregoeiro

FL Nº 925

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo I

_____

Equipe de apoio

_____

Equipe de apoio

FL Nº 426

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo II

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM	NÃO	FOLHA	OBS.
1. Iniciando a fase externa do pregão, a convocação dos interessados ocorreu por meio de publicação de Aviso nos termos do art. 4º, I, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002?				( )
○ 1.1 No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)?				( )
2. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento?				( )
3. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de preferência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram reanalisados?				( )
4. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao julgamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)?				( )
5. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002?				( )
6. Houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas				( )

FL Nº 427

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo II

encontram-se em conformidade?				
○ 6.1 SICAF;				( )
○ 6.2 BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);				( )
○ 6.3 CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);				( )
○ 6.4 CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e				( )
○ 6.5 Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).				( )
7. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?				( )
8. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?				( )
9. Houve intenção de Recurso?				( )
○ 9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?				( )
○ 9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5				( )

FL Nº 428

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo II

dias para decisão do pregoeiro?				
○ 9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?				( )
10. Houve item deserto ou fracassado?				( )
11. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso)?				( )
12. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa:				( )
○ 12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação;				( )
○ 12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital;				( )
○ 12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e				( )
○ 12.4 atos de adjudicação do objeto.				( )
13. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?				( )
14. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei 10.520, de 2002?				( )
○ 14.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências				( )

FL Nº 929

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/ 1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Anexo II

	de infração ao art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder a instauração do procedimento administrativo?			

ITEM	OBSERVAÇÃO

NA – Não se aplica.

Manaus-AM, de de 2022

_____

Pregoeiro

_____

Equipe de apoio

_____

Equipe de apoio

FL Nº 430

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo NUP: 64321.019104/2022-61
Pregão Eletrônico nº 02/2022 - 12ª RM
Objeto: aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS)

Eu, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do § 1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como do art. 14 e do art. 39, ambos da Lei 8.666/93, ***declaro que a previsão do crédito está adequada ao orçamento de 2022***, conforme objeto a ser licitado.

Manaus-AM, 09 de novembro de 2022.

[redacted]

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA – TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 431

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022
(Processo Administrativo n° 64321.019104/2022-61)

Torna-se público que o Comando da 12ª Região Militar, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), sediada na Av. Coronel Teixeira, 6155 - Ponta Negra, CEP 69037-000, Manaus-AM, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 07/12/2022
Horário: 10:30 horas (horário de BRASÍLIA-DF)
Local: Portal de Compras do Governo Federal – **https://www.gov.br/compras/pt-br**
Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

FL Nº 432

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/ por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para os itens 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84 e 86 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

FL Nº 433

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

4.2.8. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame; e

4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

4.3.8. Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

FL Nº 434

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item **com no máximo 02 (duas) casas decimais**;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante; e

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

FL Nº 435

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo

FL Nº 436

de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

FL Nº 437

7.25.1 No pais;

7.25.2 Por empresas brasileiras;

7.25.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

7.25.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

FL Nº 438

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:).

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

FL Nº 439

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação -econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

FL Nº 440

9.11 Habilitação jurídica:

9.11.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); e

9.11.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.12.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.12.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e

9.12.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

FL Nº 491

9.13 Qualificação Econômico-Financeira.

9.13.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; e

9.13.2.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14 Qualificação Técnica:

9.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens, compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito ao fornecimento de bens com as seguintes características mínimas:

9.14.1.1.1 Os atestados deverão referir-se ao fornecimento de bens no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; e

9.14.1.1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, nota fiscal, endereço atual da contratante e local em que foram entregues os bens.

9.14.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

FL Nº 442

9.14.3 Para o fornecimento dos itens de origem animal (carne bovina desossada congelada, carne de frango em cortes congelados, carne suína congelada, carne de peixe congelada e leite em pó instantâneo), a licitante responsável pelo fornecimento deve cumprir os seguintes critérios:

9.14.3.1 Os produtos deverão ser provenientes de estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e aprovados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou registrados pelos serviços de inspeção que aderiram aos Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal (SISBI/POA), visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica, respeitando as legislações vigentes (art. 427 do Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 e Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020).

9.14.4 Os estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou deposite alimentos devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará (Art 45º e 46º do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969).

9.15 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.17 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.18 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.19 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.20 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.21 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as

FL Nº 493

exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.23.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.24 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

Fl. Nº 444

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam; e

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo

FL Nº 493

prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

17.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos; e

17.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas,

FL Nº 496

observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.6.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.2. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

FL Nº 497

22.1.3. Apresentar documentação falsa;

22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. Não mantiver a proposta;

22.1.7. Cometer fraude fiscal; e

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; e

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração

FL Nº 498

Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@12rm.eb.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Coronel Teixeria, nº 6155, bairro Ponta Negra, CEP 69037-000, Manaus-AM, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do Comando da 12ª Região Militar.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da

FL Nº 499

sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Coronel Teixeira, nº 6155, bairro Ponta Negra, CEP 69037-000, Manaus-AM, Seção de Aquisições Licitações e Contratos do Comando da 12ª Região Militar, nos dias úteis, no horário das 09:30 às 16:00 horas de 2ª a 5ª feira e das 08:00 às 11:00 horas na 6ª feira, mesmo

FL Nº 450

endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

25.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

25.12.4. ANEXO IV – Boletins Técnicos;

25.12.5. ANEXO V – Modelo de Proposta Comercial de Preços;

25.12.6. ANEXO VI – Modelo de Planilha de Composição de Custo; e

25.12.7. ANEXO VII – Modelo de Recibo de Entrega de Amostras.

Manaus-AM, 16 de novembro de 2022

[redacted]

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA

[redacted]

Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo Nr 64321.019104/2022-61)

AQUISIÇÃO DOS ARTIGOS DO QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA

1. Objeto

1.1 Aquisição de quantitativo de subsistência, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e no previsto no Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403), 1ª edição 2020, aprovado pela Portaria D Abst/COLOG/C Ex nº 158 – COLOG, de 2 OUT 2020 (Boletins Técnicos edição 2021) elaborado pela Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro e demais legislações disponíveis, respectivamente, nos endereços eletrônicos: http://www.dabst.eb.mil.br/index.php/classes/category/69-2-2-especificacoes-tecnicas-dos-artigos-do-qs; http://www.dabst.eb.mil.br/index.php/biblioteca-de-normas-tecnicas/2-uncategorised/97-subsistencia-legislacao.

1.1.1 Os boletins técnicos que porventura não estejam acessíveis nos endereços acima citados, a exemplo dos pescados regionais, podem ser consultados no conjunto de documentos do presente certame.

Nr	Produto	CAT MAT	UND DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA A CADA PEDIDO	REQUISIÇÃO MÁXIMA A CADA PEDIDO	QNT TOTAL	VALOR UNI MÁXIMO ACEITÁVEL (R$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R$)	Cota ME/EPP
1	**AÇUCAR CRISTAL**. Grupo I, classe branco. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 20 (vinte) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-19, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**463988**	Kg	30.000	65.572	65.572	R$ 6,88	**R$ 451.138,11**	
2	**AÇUCAR CRISTAL**. Grupo I, classe branco. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de	**463988**	Kg	11.572	11.572	11.572	R$ 6,88	**R$ 79.612,61**	**15%**

FL Nº 452

	estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 20 (vinte) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-19, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
3	**AÇUCAR REFINADO**. Grupo I, classe branco. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 20 (vinte) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-19, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**463994**	Kg	5.000	40.115	40.115	R$ 5,03	**R$ 201.780,46**	

FL Nº 953

4	**AÇUCAR REFINADO**. Grupo I, classe branco. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 20 (vinte) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-19, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**463994**	Kg	5.000	11.315	11.315	R$ 5,03	**R$ 56.912,44**	**22%**
5	**ARROZ BENEFICIADO E POLIDO** TIPO 1. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação	**458904**	Kg	30.000	244.321	244.321	R$ 5,30	**R$ 1.294.901,30**	

FL. Nº 454

	da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; e informações quanto à classificação vegetal. O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-20, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
6	**ARROZ BENEFICIADO E POLIDO** TIPO 1. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; e informações quanto à classificação vegetal. O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido	**458904**	Kg	12.859	12.859	12.859	R$ 5,30	**R$ 68.152,70**	**5%**

FLN° 455

	por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-20, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
7	**CAFÉ TORRADO E MOÍDO** Tipo I, aspecto de pó homogêneo; obter em análise sensorial Nota de Qualidade Global na faixa de 7,3 a 10 pontos, realizada por equipe selecionada e treinada. Embalagem primária: saco a vácuo puro, atóxico, resistente ao impacto, com vedação forte e com alta barreira protetora a luz, umidade e oxigênio. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. O recebimento do produto está condicionado à apresentação, no ato de entrega, do Laudo da Qualidade Global do Café, ponto de torra, moagem e matérias estranhas macroscópicas e microscópicas, referente ao lote de entrega, emitido por laboratório especializado.	**463578**	Embalagem de 500 g	20.000	39.004	39.004	R$ 19,00	**R$ 741.083,98**	

FL Nº 456

	Não será aceito laudo de laboratório de Controle de validade Interno da empresa produtora do café. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-26, 2º edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
8	**CAFÉ TORRADO E MOÍDO** Tipo I, aspecto de pó homogêneo; obter em análise sensorial Nota de Qualidade Global na faixa de 7,3 a 10 pontos, realizada por equipe selecionada e treinada. Embalagem primária: saco a vácuo puro, atóxico, resistente ao impacto, com vedação forte e com alta barreira protetora a luz, umidade e oxigênio. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. O recebimento do produto está condicionado à apresentação, no ato de entrega, do Laudo da Qualidade Global do Café, ponto de torra, moagem e matérias estranhas macroscópicas e microscópicas, referente ao lote de entrega, emitido por laboratório especializado. Não será aceito laudo de laboratório de Controle de validade Interno da empresa produtora do café. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-26, 2º edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para**	**463578**	Embalagem de 500 g	3.858	3.858	3.858	R$ 19,00	**R$ 73.294,02**	**9%**

FL Nº 457

	ME/EPP de até 25,00%.								
9	**Carne bovina desossada congelada, ACÉM**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF).	**447383**	Kg	27.000	48.580	48.580	R$ 33,83	**R$ 1.643.455,99**	

FL Nº 458

	Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
10	**Carne bovina desossada congelada, ACÉM**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF).	**447383**	Kg	2.024	2.024	2.024	R$ 33,83	**R$ 66.453,17**	**4%**

Fl. Nº 459

	Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
11	**Carne bovina desossada congelada, CONTRA-FILÉ (FILÉ DE LOMBO).** Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA	**447461**	Kg	27.000	54.100	54.100	R$ 51,51	**R$ 2.786.686,88**	

FL. Nº 460

	(SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
12	**Carne bovina desossada congelada, CONTRA-FILÉ (FILÉ DE LOMBO).** Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA	**447461**	Kg	1.104	1.104	1.104	R$ 51,51	**R$ 56.871,16**	**2%**

	(SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
13	**Carne bovina desossada congelada, COXÃO DURO**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**447439**	Kg	27.000	53.548	53.548	R$ 40,15	**R$ 2.149.947,38**	

FL Nº 462

14	**Carne bovina desossada congelada, COXÃO DURO**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**447439**	Kg	1.656	1.656	1.656	R$ 40,15	**R$ 66.493,22**	**3%**

FL Nº 463

15	**Carne bovina desossada congelada, COXÃO MOLE SEM CAPA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg.. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**447431**	Kg	27.000	53.548	53.548	R$ 41,86	**R$ 2.241.514,26**	

16	**Carne bovina desossada congelada, COXÃO MOLE SEM CAPA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg.. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**447431**	Kg	1.656	1.656	1.656	R$ 41,86	**R$ 69.325,18**	**3%**

17	**Carne bovina desossada congelada, LAGARTO**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**447441**	Kg	27.000	53.548	53.548	R$ 38,35	**R$ 2.053.561,20**	

18	**Carne bovina desossada congelada, LAGARTO**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**447441**	Kg	1.656	1.656	1.656	R$ 38,35	**R$ 63.512,20**	**3%**

19	**Carne bovina desossada congelada, MAMINHA DA ALCATRA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**447470**	Kg	27.000	54.100	54.100	R$ 52,34	**R$ 2.831.589,81**	

FL Nº 468

20	**Carne bovina desossada congelada, MAMINHA DA ALCATRA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**447470**	Kg	1.104	1.104	1.104	R$ 52,34	**R$ 57.787,55**	**2%**
21	**Carne bovina desossada congelada, MIOLO DA ALCATRA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão	**447479**	Kg	27.000	53.548	53.548	R$ 44,89	**R$ 2.403.764,33**	

FL Nº 469

	reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
22	**Carne bovina desossada congelada, MIOLO DA ALCATRA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e	**447479**	Kg	1.656	1.656	1.656	R$ 44,89	**R$ 74.343,23**	**3%**

FL Nº 470

	indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
23	**Carne bovina desossada congelada, MIOLO DA PALETA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro	**451062**	kg	27.000	52.996	52.996	R$ 35,58	**R$ 1.885.591,99**	

	do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
24	**Carne bovina desossada congelada, MIOLO DA PALETA**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF).	**451062**	kg	2.208	2.208	2.208	R$ 35,58	**R$ 78.566,33**	**4%**

FL Nº 472

	Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
25	**Carne bovina desossada congelada, PATINHO**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF).	**447448**	Kg	27.000	53.548	53.548	R$ 45,18	**R$ 2.419.293,22**	

FLS Nº 473

	Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
26	**Carne bovina desossada congelada, PATINHO**. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo, individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 kg a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF).	**447448**	Kg	1.656	1.656	1.656	R$45,18	**R$ 74.823,50**	**3%**

	Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-04, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
27	**Carne suína com osso, congelada, BISTECA**. Embalagem primária: bifes embalados conjuntamente, interfolhado, em plástico atóxico, transparentes, que permitam a proteção do produto. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade até 20 kg, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além	**447508**	Kg	27.000	34.271	34.271	R$ 25,75	**R$ 882.476,19**	

FL Nº 475

	destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-15, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
28	**Carne suína com osso, congelada, BISTECA**. Embalagem primária: bifes embalados conjuntamente, interfolhado, em plástico atóxico, transparentes, que permitam a proteção do produto. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade até 20 kg, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido; data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além	**447508**	Kg	2.980	2.980	2.980	R$ 25,75	**R$ 76.737,06**	**8%**

	destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-15, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
29	**Carne suína desossada congelada, LOMBO**. Embalagem primária: peça embalada individualmente em plástico atóxico, transparente e com boa resistência mecânica e fechamento adequado que permita a proteção do produto. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (lombo); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as	**447518**	Kg	27.000	30.012	30.012	R$ 36,58	**R$ 1.097.850,67**	

	especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-14, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
30	**Carne suína desossada congelada, LOMBO**. Embalagem primária: peça embalada individualmente em plástico atóxico, transparente e com boa resistência mecânica e fechamento adequado que permita a proteção do produto. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (lombo); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-14, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**447518**	Kg	1.916	1.916	1.916	R$ 36,58	**R$ 70.075,57**	**6%**
31	**Carne suína desossada congelada, PERNIL**. Embalagem primária: peça embalada individualmente em plástico atóxico, transparente	**447525**	Kg	27.000	29.054	29.054	R$ 26,33	**R$ 765.004,46**	

	e com boa resistência mecânica e fechamento adequado que permita a proteção do produto. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (pernil); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-14, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
32	**Carne suína desossada congelada, PERNIL**. Embalagem primária: peça embalada individualmente em plástico atóxico, transparente e com boa resistência mecânica e fechamento adequado que permita a proteção do produto. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a	**447525**	Kg	2.874	2.874	2.874	R$ 26,33	**R$ 75.659,78**	**9%**

	forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (pernil); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-14, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
33	**COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA**. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 5kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e	**447636**	Kg	27.000	135.853	135.853	R$ 19,02	**R$ 2.583.930,72**	

	número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-11, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
34	**COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA**. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 5kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento	**447636**	Kg	4.202	4.202	4.202	R$ 19,02	**R$ 79.915,38**	**3%**

	produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-11, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
35	**EMPANADO DE FRANGO CONGELADO - STEAK**. Embalagem primária: A peça embalada individualmente em cartucho plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade: de 3 kg a 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 5 (cinco) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as	**447751**	Kg	22.000	23.916	23.916	R$ 17,96	**R$ 429.539,44**	

	especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-13, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
36	**EMPANADO DE FRANGO CONGELADO - STEAK**. Embalagem primária: A peça embalada individualmente em cartucho plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade: de 3 kg a 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 5 (cinco) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico	**447751**	Kg	4.221	4.221	4.221	R$ 17,96	**R$ 75.801,08**	**15%**

	BT30.404-13, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
37	**FEIJÃO ANÃO OU COMUM – CLASSE CORES** TIPO 1. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 5 (cinco) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; e informações quanto a classificação vegetal. O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-21, 2ª	**464553**	Kg	30.000	97.728	97.728	R$ 13,07	**R$ 1.277.310,19**	

	edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
38	**FEIJÃO ANÃO OU COMUM – CLASSE CORES** TIPO 1. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 5 (cinco) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; e informações quanto a classificação vegetal. O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-21, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**464553**	Kg	5.144	5.144	5.144	R$ 13,07	**R$ 67.226,85**	**5%**

FL Nº 485

39	**FEIJÃO ANÃO OU COMUM – CLASSE PRETO** TIPO 1. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 5 (cinco) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; e informações quanto a classificação vegetal O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-21, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**464552**	Kg	30.000	148.136	148.136	R$ 12,00	**R$ 1.777.628,16**	

FL Nº 486

40	**FEIJÃO ANÃO OU COMUM – CLASSE PRETO** TIPO 1. Embalagem primária: produto embalado em saco de polietileno resistente, atóxico, com boa selagem e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 5 (cinco) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; e informações quanto a classificação vegetal O produto, no ato de entrega no OP, deverá estar acompanhado do respectivo Certificado de Classificação emitido por pessoa física ou jurídica devidamente habilitada ou credenciada (documentação original ou cópia autenticada). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-21, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**464552**	Kg	6.172	6.172	6.172	R$ 12,00	**R$ 74.067,84**	**4%**
41	**LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO**. Embalagem primária: produto embalado em saco aluminizado resistente, atóxico, hermético e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Produto embalado em lata metálica de boa qualidade, resistente, atóxica, isenta de avarias ou ferrugem, hermética e que confira proteção adequada ao produto durante o período de	**446019**	Kg	30.000	169.732	169.732	R$ 32,71	**R$ 5.551.918,67**	

FL Nº 487

	estocagem. Capacidade: 10 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade da caixa para produto embalado em saco aluminizado: 10 kg. Capacidade da caixa para produto embalado em lata metálica: 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; instruções de preparo; e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Não serão aceitos produtos destinados a programas institucionais. Neste caso o produto apresentará na rotulagem as expressões "Venda Proibida" e "Produto Institucional". Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-18, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
42	**LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO**. Embalagem primária: produto embalado em saco aluminizado resistente, atóxico, hermético e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Produto embalado em lata metálica de boa qualidade, resistente, atóxica, isenta de avarias ou ferrugem, hermética e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Embalagem	**446019**	Kg	1.714	1.714	1.714	R$ 32,71	**R$ 56.079,99**	**1%**

FLNº 488

	secundária: caixa de papelão resistente, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade da caixa para produto embalado em saco aluminizado: 10 kg. Capacidade da caixa para produto embalado em lata metálica: 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; instruções de preparo; e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Não serão aceitos produtos destinados a programas institucionais. Neste caso o produto apresentará na rotulagem as expressões "Venda Proibida" e "Produto Institucional". Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-18, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
43	**MACARRÃO TIPO ESPAGUETE.** Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de	**458951**	Embalagem de 500 g	20.000	57.285	57.285	R$ 5,84	**R$ 334.543,35**	

	validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
44	**MACARRÃO TIPO ESPAGUETE.** Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**458951**	Embalagem de 500 g	13.437	13.437	13.437	R$ 5,84	**R$ 78.473,13**	**19%**
45	**MACARRÃO TIPO PARAFUSO** (FUSILLI). Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária:	**458974**	Embalagem de 500 g	20.000	59.406	59.406	R$ 6,81	**R$ 404.558,13**	

	conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
46	**MACARRÃO TIPO PARAFUSO** (FUSILLI). Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**458974**	Embalagem de 500 g	11.316	11.316	11.316	R$ 6,81	**R$ 77.058,69**	**16%**
47	**MACARRÃO TIPO PENNE**. Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico	**458975**	Embalagem de	20.000	55.870	55.870	R$ 5,31	**R$ 296.671,72**	

	transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.		500 g						
48	**MACARRÃO TIPO PENNE**. Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª	**458975**	Embalagem de 500 g	14.852	14.852	14.852	R$ 5,31	**R$ 78.862,10**	**21%**

FL Nº 492

	edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
49	**MARGARINA**. Embalagem primária: balde plástico hermeticamente fechado, resistente, atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, adequado para as condições de armazenamento e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade: 15 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade: 18 kg. peso líquido segue o disposto na Port INMETRO nº 153, de 19/05/08 Prazo de validade mínimo vigente de 7 (sete) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; lista de ingredientes; número de registro no SIF; condições de conservação; e teor de lipídios. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-34, 3ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**463699**	Kg	12.000	37.719	37.719	R$ 15,41	**R$ 581.243,01**	

FL Nº 493

50	**MARGARINA**. Embalagem primária: balde plástico hermeticamente fechado, resistente, atóxico, apropriado para contato direto com alimentos, adequado para as condições de armazenamento e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade: 15 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade: 18 kg. peso líquido segue o disposto na Port INMETRO nº 153, de 19/05/08 Prazo de validade mínimo vigente de 7 (sete) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; lista de ingredientes; número de registro no SIF; condições de conservação; e teor de lipídios. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-34, 3ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**463699**	Kg	5.143	5.143	5.143	R$ 15,41	**R$ 79.260,41**	**12%**
51	**ÓLEO DE SOJA REFINADO**, tipo 1. Embalagem primária: galão tipo PET, com alça, atóxico, com volume de 0,9 litros e com abertura na parte superior a prova de violação. Capacidade: 0,9 litros. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo caixa resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 20 unidades. Prazo de validade	**463692**	Garrafa pet 900 ml	14.000	58.511	58.511	R$ 13,27	**R$ 776.443,36**	

FL Nº 494

	mínimo vigente de 9 (nove) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; lista de ingredientes; identificação do lote; data de validade; conteúdo líquido; e classificação quanto ao tipo. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-33, 3ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
52	**ÓLEO DE SOJA REFINADO**, tipo 1. Embalagem primária: galão tipo PET, com alça, atóxico, com volume de 0,9 litros e com abertura na parte superior a prova de violação. Capacidade: 0,9 litros. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo caixa resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 20 unidades. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; lista de ingredientes; identificação do lote; data de validade; conteúdo líquido; e classificação quanto ao tipo. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-33, 3ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	**463692**	Garrafa pet 900 ml	5.787	5.787	5.787	R$ 13,27	**R$ 76.791,10**	**9%**

53	**PEITO DE FRANGO DESOSSADO, SEM PELE, CONGELADO.** Embalagem primária: e saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 5kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-10, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**447594**	Kg	27.000	136.767	136.767	R$ 17,78	**R$ 2.431.718,86**	
54	**PEITO DE FRANGO DESOSSADO, SEM PELE, CONGELADO.** Embalagem primária: e saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 5kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico	**447594**	Kg	4.230	4.230	4.230	R$ 17,78	**R$ 75.207,80**	**3%**

	transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-10, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
55	**Pescado SURUBIM em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital.	**448906**	Kg	5.000	32.200	32.200	R$ 27,75	**R$ 893.550,00**	
56	**Pescado SURUBIM em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o	**448906**	Kg	2.800	2.800	2.800	R$ 27,75	**R$ 77.700,00**	**8%**

Fl. nº 494

	pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
57	**Pescado TAMBAQUI em banda congelado.** Produto com cabeça, com escama, com pele e sem espinhas e sem nadadeiras caudal, dorsal, anal e peitoral. OBS: Cada unidade de produto com peso liquido que varia de 1,000 a 1,500kg, conforme Boletim Técnico Especial Nr 03/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	29.050	32.676	R$ 32,83	**R$ 1.072.753,08**	
58	**Pescado TAMBAQUI em banda congelado.** Produto com cabeça, com escama, com pele e sem espinhas e sem nadadeiras caudal, dorsal, anal e peitoral. OBS: Cada unidade de produto com peso liquido que varia de 1,000 a 1,500kg, conforme Boletim Técnico Especial Nr 03/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	5.000	5.950	2.324	R$ 32,83	**R$ 76.296,92**	**8%**
59	**SASSAMI DE FRANGO CONGELADO**. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 1 a 2 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data	**447618**	Kg	27.000	47.457	47.457	R$ 19,26	**R$ 914.027,21**	

FL Nº 498

	de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-12, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
60	**SASSAMI DE FRANGO CONGELADO**. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 1 a 2 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as	**447618**	Kg	4.127	4.127	4.127	R$ 19,26	**R$ 79.480,63**	**8%**

FL Nº 499

	de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-12, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
60	**SASSAMI DE FRANGO CONGELADO**. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade: até 1 a 2 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as	**447618**	Kg	4.127	4.127	4.127	R$ 19,26	**R$ 79.480,63**	**8%**

	especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-12, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
61	**Pescado TAMBAQUI em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	53.350	53.350	R$ 38,00	**R$ 2.027.300,00**	
62	**Pescado TAMBAQUI em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	1.650	1.650	1.650	R$ 38,00	**R$ 62.700,00**	**3%**
63	**Peixe congelado em posta, SURUBIM.** Produto eviscerado, sem cabeça e removida a nadadeira caudal. Posta obtida do corte transversal à coluna vertebral do peixe. Embalagem primária: posta embalada individualmente em envoltório plástico ou conjuntamente em saco plástico transparente, atóxico, perfeitamente lacrado e resistente às condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade: de até 5 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão		kg	12.000	21.840	21.840	R$ 34,89	**R$ 761.997,60**	

	reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (pernil, lombo); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender aos parâmetros do Boletim Técnico BT30.404-16, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
64	**Peixe congelado em posta, SURUBIM. Produto eviscerado, sem cabeça e removida a nadadeira caudal. Posta obtida do corte transversal à coluna vertebral do peixe. Embalagem primária: posta embalada individualmente em envoltório plástico ou conjuntamente em saco plástico transparente, atóxico, perfeitamente lacrado e resistente às condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade: de até 5 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg.**		kg	2.160	2.160	2.160	R$ 34,89	**R$ 75.362,40**	**9%**

FLS Nº 502

	Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (pernil, lombo); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e **número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender aos parâmetros do Boletim Técnico BT30.404-16, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
65	**Peixe congelado em posta, TAMBAQUI.** Embalagem primária: posta embalada individualmente em envoltório plástico ou conjuntamente em saco plástico transparente, atóxico, perfeitamente lacrado e resistente às condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade: de até 5 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e		Kg	5.000	12.300	12.300	R$ 29,12	**R$ 358.176,00**	

	indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (pernil, lombo); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-16, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.								
66	**Peixe congelado em posta, TAMBAQUI.** Embalagem primária: posta embalada individualmente em envoltório plástico ou conjuntamente em saco plástico transparente, atóxico, perfeitamente lacrado e resistente às condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade: de até 5 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade: de 20 a 30 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; corte contido (pernil, lombo); data de fabricação; data de validade; condições de armazenagem (temperatura de conservação); e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do		Kg	2.700	2.700	2.700	R$ 29,12	**R$ 78.624,00**	**18%**

FL Nº 504

	estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-16, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**								
67	**Pescado ARUANÃ em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	52.800	52.800	R$ 29,25	**R$ 1.544.400,00**	
68	**Pescado ARUANÃ em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	2.200	2.200	2.200	R$ 29,25	**R$ 64.350,00**	**4%**
69	**Pescado TAMBAQUI (CURUMIM)** peixe eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral. com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	51.700	51.700	R$ 22,30	**R$ 1.152.910,00**	
70	**Pescado TAMBAQUI (CURUMIM)** peixe eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral. com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	3.300	3.300	3.300	R$ 22,30	**R$ 73.590,00**	**6%**

71	**Pescado JARAQUI espalmado congelado**. Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	3.000	11.400	11.400	R$ 21,65	**R$ 246.810,00**	
72	**Pescado JARAQUI espalmado congelado**. Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	3.600	3.600	3.600	R$ 21,65	**R$ 77.940,00**	**24%**
73	**Pescado MATRINXÃ espalmado congelado.** Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	22.750	22.750	R$ 33,61	**R$ 764.627,50**	
74	**Pescado MATRINXÃ espalmado congelado.** Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	2.250	2.250	2.250	R$ 33,61	**R$ 75.622,50**	**9%**
75	**Pescado PACU espalmado congelado.** Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/2, que se encontra anexado ao edital.		Kg	3.000	11.550	11.550	R$ 22,30	**R$ 257.565,00**	
76	**Pescado PACU espalmado congelado.** Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/2, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	3.450	3.450	3.450	R$ 22,30	**R$ 76.935,00**	**23%**

77	**Pescado PIRAMUTABA em posta congelado**. Produto obtido de cortes transversais à coluna vertebral do peixe eviscerado sem cabeça e removida a nadadeira caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 04/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	22.000	22.000	R$ 25,08	**R$ 551.760,00**	
78	**Pescado PIRAMUTABA em posta congelado**. Produto obtido de cortes transversais à coluna vertebral do peixe eviscerado sem cabeça e removida a nadadeira caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 04/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	3.000	3.000	3.000	R$ 25,08	**R$ 75.240,00**	**12%**
79	**Pescado PIRARUCU em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	52.800	52.800	R$ 35,08	**R$ 1.852.224,00**	
80	**Pescado PIRARUCU em filé congelado**. Produto eviscerado, sem pele, sem cabeça e sem espinhaço. File obtido a partir do corte longitudinal da porção muscular desde a parte imediatamente posterior da cabeça ate o pedúnculo caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 02/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	2.200	2.200	2.200	R$ 35,08	**R$ 77.176,00**	**4%**
81	**Pescado SARDINHA espalmado congelado**. Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	3.000	11.700	11.700	R$ 23,28	**R$ 272.376,00**	

FL. Nº 507

82	**Pescado SARDINHA espalmado congelado**. Produto eviscerado cortado longitudinalmente à coluna vertebral, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 01/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	3.000	3.300	3.300	R$ 23,28	**R$ 76.824,00**	**22%**
83	**Pescado TUCUNARÉ em posta congelado.** Produto obtido de cortes transversais à coluna vertebral do peixe eviscerado sem cabeça e removida a nadadeira caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 04/22, que se encontra anexado ao edital.		Kg	5.000	32.200	32.200	R$ 26,17	**R$ 842.674,00**	
84	**Pescado TUCUNARÉ em posta congelado.** Produto obtido de cortes transversais à coluna vertebral do peixe eviscerado sem cabeça e removida a nadadeira caudal, com especificação técnica conforme Boletim Técnico Especial Nr 04/22, que se encontra anexado ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**		Kg	2.800	2.800	2.800	R$ 26,17	**R$ 73.276,00**	**8%**
TOTAL ESTIMADO								**R$ 58.858.801,93**	

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT, Boletim Técnico e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato;

1.7 Para o fornecimento dos itens de origem animal (carne bovina desossada congelada, carne de frango em cortes congelados, carne suína congelada, carne de peixe congelada e leite em pó instantâneo), A CONTRATADA responsável pelo fornecimento deve cumprir os seguintes critérios:

1.7.1 Os produtos deverão ser provenientes de estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e aprovados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou registrados pelos serviços de inspeção que aderiram aos Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal (SISBI/POA), visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica, respeitando as legislações vigentes (Artigo 427 do Decreto nº 9.013 de 29 de Março de 2017 e Decreto Nº 10.468, de 18 de agosto de 2020).

1.8 Os estabelecimentos industriais ou comerciais, onde se fabrique, prepare, beneficie, acondicione, transporte, venda ou deposite alimentos devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal, territorial ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará (Art 45º e 46º do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969);

1.9 Os proponentes concorrentes devem comprovar Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira ou Habilitação Parcial no SICAF e pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto da licitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
2.2 Em conformidade com o disposto no Art 3° da Lei 10.520/2002 e com o disposto no Art 15, §7°, Inciso II, da Lei 8.666/93, JUSTIFICO a necessidade de aquisição para atender um efetivo aproximado de 12.734 (doze mil, setecentos e trinta e quatro) militares. Ao todo, são 27 (vinte e sete) Organizações Militares, 17 (dezessete) Pelotões Especiais de Fronteira das Guarnições do Comando Militar da Amazônia, apoiadas pelo 12º Batalhão de Suprimento, de Quantitativo de Subsistência (QS), por intermédio da realização de Pregão Eletrônico SRP, pelos seguintes motivos:
2.3. As Organizações Militares do Comando Militar da Amazônia, entre tantas atividades que desenvolve, tem a missão de realizar a confecção de cardápio diário e serviço de refeição nas dependências de seu Setor de Aprovisionamento, visando o provimento da alimentação de todo seu quadro funcional, para o cumprimento das mais variadas funcionalidades desenvolvidas no âmbito de suas instalações;
2.4. Necessidade de suprimento para atender num período de 12 (doze) meses a Força Tarefa Humanitária no Estado de Roraima com um efetivo de aproximadamente 1.103 (mil cento e três) pessoas entre civis e militares para 30 dias de consumo, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária no município de Boa Vista/RR (OPERAÇÃO ACOLHIDA), de acordo com o Decreto nº 10.917, de 29 de Dezembro de 2021;
2.5. As quantidades solicitadas pelo Centro de Operações Logísticas da 12ª Região Militar estão adequadas à necessidade anual das Organizações militares, bem como os preços de referência foram obtidos por intermédio de Pesquisa de Preços de compras governamentais e pesquisa de mercado para alguns itens não encontrados em compras governamentais, estando adequados à realidade de mercado da região Amazônica;
2.6. Em cumprimento ao disposto no Inciso II, do § 7º, do art 15, da Lei nº 8.666/1993 e no Acórdão nº 480/2011 - Plenário do Tribunal de Contas da União, informo-vos a metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos máximos e mínimos estimados no presente Termo de Referência:
2.6.1. Os níveis de suprimento são definidos pelo Estado-Maior do Exército - EME (art. 56, da Portaria nº 09-D Log, de 27/jun/2002 - NARSUP), Portaria - D abst/Colog/C x n° 183, de 11/12/2020 - Normas Administrativas Relativas ao Material de Gestão da Diretoria de Abastecimento (NARABST). EB40-N-30. 950, 1ª Edição, levando- se em consideração os seguintes fatores: disponibilidade de recursos, efetivos médios apoiados, consumo médio mensal observado (Fator de Consumo), grau de perecibilidade do suprimento, dotações estabelecidas pelo EME, dentre outros fatores. (Inc. I ao VIII, do art. 57, da NARSUP). Portaria - D abst/Colog/C x n° 183, de 11/12/2020 - Normas Administrativas Relativas ao Material de Gestão da Diretoria de Abastecimento (NARABST). EB40-N-30. 950, 1ª Edição. O Fator de Consumo (FC) é a necessidade mensal projetada de cada artigo de subsistência, levando-se em consideração o efetivo implantado na Organização Militar apoiada, a Quantidade Tabelar de cada artigo (Boletim Técnico nº 30.407-01-D Abst, de 5 de outubro de 2020) e o número de dias de apoio durante o mês.

2.6.2. O Fator de Consumo (FC), índice calculado com base na média do consumo mensal de cada artigo de subsistência pelas Organizações Militares (OM) apoiadas pelo Comando da 12ª Região Militar (Cmdo 12ª RM), é informado através do Quadro Demonstrativo de Atividade de Aprovisionamento (QDAA) ao Órgão Provedor (OP) de vinculação (12º Batalhão de Suprimento - 12º B Sup).
2.6.3. O 12º B Sup, Órgão Provedor de vinculação, informa, através do Mapa de Acompanhamento da Gestão de Artigos de Subsistência - MAGAS (Anexo B da NARSUP), Portaria - D abst/Colog/C x nº 183, de 11/12/2020 - Normas Administrativas Relativas ao Material de Gestão da Diretoria de Abastecimento (NARABST). EB40-N-30. 950, 1ª Edição, a Diretoria de Abastecimento (D Abst) e ao Comando da 12ª Região Militar as necessidades de artigos de subsistência, conforme sua peculiaridade, observando os fatores acima descritos (§ 1º, do Art. 59, da NARSUP). Portaria - D abst/Colog/C x nº 183, de 11/12/2020 - Normas Administrativas Relativas ao Material de Gestão da Diretoria de Abastecimento (NARABST). EB40-N-30. 950, 1ª Edição.

2.6.4. Considerando o efetivo base (efetivo consolidado das OM apoiadas), a Tabela Qualitativa-Quantitativa de Alimentos (Boletim Técnico nº 30.407-01-D Abst, de 5 de outubro de 2020), ou seja, a quantidade tabelar de cada artigo, o Fator de Consumo mensal de cada OM e o Fator de Consumo mensal projetado para cada artigo de subsistência, foi calculada a necessidade dos artigos de subsistência descritos no Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403), 1ª edição 2020, aprovado pela Portaria D Abst/COLOG/C Ex nº 158 – COLOG, de 2 OUT 2020 (Boletins Técnicos) e demais legislações, para um período de 8 (oito) meses, com acréscimo de 2 (dois) níveis de segurança para atender as necessidades previstas das OM empregadas nas operações no âmbito do Comando Militar da Amazônia, definindo dessa forma o Quantitativo Máximo. Já o Quantitativo Mínimo a ser fornecido em cada pedido, foi calculado com base em 03 (três) meses de consumo mensal médio.
2.6.5. O Comando da 12ª Região Militar é um Grande Comando Territorial responsável por atender as demandas de aquisição estabelecidas pelos Órgãos de Direção Setorial (ODS) que, por sua finalidade precípua, consolida as informações prestadas pelo Órgão Provedor de vinculação. Os quadros e mapas acima mencionados encontram-se arquivados no 12º B Sup que é o Órgão Provedor.
2.6.6. As características dos produtos a serem adquiridos no presente Termo de Referência enquadram-se na conveniência e oportunidade, e buscam uniformizar os procedimentos acerca de uma alimentação segura, nutricionalmente balanceada e adequada às diferentes fases e situações operacionais inerentes à vida militar (Art 2º, da Portaria Normativa nº 219/MD, de 12 de fevereiro de 2010 e a Portaria nº 753/MD, de 30 de março de 2015).
2.6.7. Cabe salientar que as especificações definidas neste Termo de Referência para os itens propostos, visam, além de estabelecer de forma objetiva e pormenorizada, as características e especificações técnicas (Padrões de Identidade e Qualidade) para os gêneros alimentícios (artigos de Classe I) adquiridos pela logística de subsistência, compatibilizar a legislação utilizada no Exército Brasileiro com a legislação nacional e internacional (MERCOSUL) e promover melhora gradual e contínua na qualidade dos artigos de subsistência licitados (Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403), 1ª edição 2020, aprovado pela Portaria D Abst/COLOG/C Ex nº 158 – COLOG, de 2 OUT 2020, Boletins Técnicos).
2.6.8. Ressalta-se que a quantidade a ser licitada corresponde a 10 (dez) meses de consumo mensal médio majorado com nível de segurança, a fim de se obter uma margem de segurança quanto ao abastecimento.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.]

3.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinqüenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinados a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.0000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011-P).

3.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada raté noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

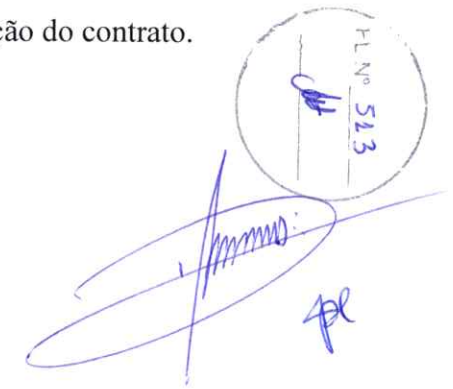
A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei 14.520, de 2002.
5.2. A aquisição dos materiais não gera vínculos empregatícios entre os empregados da(s) Contratada(s) e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
5.3 A realização de Pregão Eletrônico na modalidade SRP para a aquisição de Gêneros de alimentação está enquadrada no inciso II do art. 3º do Dec. 7.892/2013 - aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do (a) data da assinatura do contrato, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço 12º Batalhão de Suprimento, situado à Avenida Marechal Bittencourt, nº 55, Santo Antônio, Manaus, AM, CEP 69.029-160, e-mail: *12bsucoscl1@gmail.com*, telefone: 4009-2316 mediante prévio agendamento com a Seção de Suprimento Classe I. Os fornecedores NÃO têm autorização para enviar suas cargas sem o prévio agendamento com o 12º Batalhão Suprimento, sob pena de serem recusadas, a critério daquele Órgão Provedor.
6.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao prazo previsto Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro (EB40-C-30.403), 1ª edição 2020, para cada item.
6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 20 (vinte) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento no Órgão Provedor, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. O Laudo Conclusivo do LIAB poderá rejeitar os itens, devendo estes ser repostos no mesmo prazo e condições previstas no item anterior.
6.5 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



7. DEFINIÇÕES ADOTADAS

7.1 UNIDADE DE PRODUTO: elemento de referência na inspeção. Pode ser um artigo simples, um conjunto ou um volume. A unidade de produto pode ou não ser igual à unidade de compra ou do fornecimento.
7.2 EMBALAGEM PRIMÁRIA: embalagem que está em contato direto com o alimento.
7.3 EMBALAGEM SECUNDÁRIA: embalagem destinada a conter uma ou um conjunto de embalagens primárias.
7.4 Serão adotadas, para fins de amostragem, as seguintes unidades de produto para os gêneros de QS:

ARTIGO	UNIDADE DE PRODUTO	TIPO DE EMBALAGEM
CARNES (bovina, suína, aves)	EMBALAGEM PRIMÁRIA	PEÇA
PESCADOS	EMBALAGEM PRIMÁRIA	SACO
OUTROS PRODUTOS	EMBALAGEM PRIMÁRIA	SACO, PACOTE, BALDE, LATA, GARRAFA, ETC.

7.5 LOTE: conjunto de unidades de produto a ser amostrado para verificar a conformidade com as exigências de aceitação. Para fins de análise fiscal adota-se como lote o conjunto de unidades de produto com as mesmas características, os quais irão compor a carga de um caminhão. Dessa forma é desconsiderado como lote o designado como "lote de produção", constante na rotulagem da embalagem primária do produto.
7.6 TAMANHO DO LOTE: número de unidades de produto contido no lote.

7.7 AMOSTRA e TAMANHO DE AMOSTRA: A amostra consiste em uma ou mais unidades de produto, retiradas do lote a ser inspecionado, de forma aleatória e independentemente de sua qualidade. O tamanho da amostra a ser coletado é o constante da letra "a", do item "4.8".

FL Nº 545

8. COLETA DE AMOSTRA PARA ANÁLISE FISCAL

8.1 A amostra colhida para análise constitui ônus da Contratada, conforme previsto no art. 75 da Lei n° 8.666/93, por ocasião da entrega dos materiais no 12° Batalhão de Suprimento, devendo a mesma considerar as quantidades que serão retiradas, conforme tabela abaixo:

TAMANHO DO LOTE	AMOSTRA (UNID DE PRODUTO)
Lote de 2 até 25 unidades	2 UNID
Lote de 26 até 150 unidades	3 UNID
Lote de 151 até 1.200 unidades	5 UNID
Lote de 1.201 até 35.000 unidades	8 UNID
Acima de 35.000 unidades	13 UNID

Exemplos: Lote entregue: arroz: 1.500 sacos de 5Kg => tamanho da amostra: 8 sacos de 5kg;

Lote entregue: carne bovina: 800 caixas => tamanho da amostra: 5 caixas;

Verificar também o Plano de Amostragem para Inspeção dos Artigos de Subsistência, BT 30.403-01, 3ª edição 2021, elaborado pela Diretoria de Abastecimento do Exército Brasileiro disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.dabst.eb.mil.br/index.php/classes/category/69-2-2-especificacoes-tecnicas-dos-artigos-do-qs

8.2 Será colhida a amostra por lote, de forma aleatória, de pontos distintos da carga, e analisada conforme previsto no Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro;

8.3 A amostra deverá ser coletada de forma única, de modo que as quantidades obtidas, conforme o plano de amostragem, seja utilizada para expedição do laudo fiscal;

8.4 O OP somente poderá colher a quantidade de amostra prevista nesse plano de amostragem, sob pena de arcar com a responsabilidade pelo dano, em caso de coleta a maior;

8.5 Caso a Contratada não remeta a quantidade de unidades amostrais previstas, não será admitida a retirada do montante contratado, sob alegação de posterior substituição;

8.6 A Contratada deverá atentar para a questão da emissão do documento fiscal relativo à quantidade do objeto transportado como amostra, para cada entrega, de modo a não o confundir com aquele relativo à nota de empenho correspondente ao Termo de Contrato, devendo esses serem distintos;
8.7 As amostras que tenham o caráter perecível ou que tenham sido consumidas por ocasião dos testes não serão devolvidas em hipótese alguma.

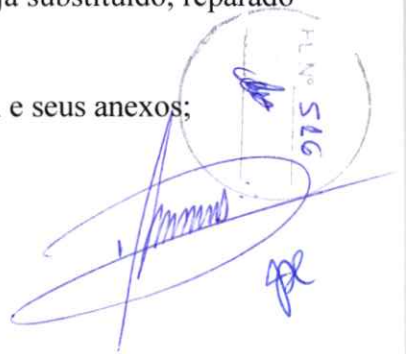
9. PREVISÃO CRONOGRAMA DE ENTREGA

Aquisição com base no quantitativo total da ATA de Registro de Preços				
Porcentagem da ATA	Quantidade de lotes	Porcentagem do contrato		Prazo
Até o máximo de 20%	Lote único	100%	-	Até 90 dias
De 20,1% a 60%	2	100%	Lote 50%	Até 90 dias
			Lote 50%	De 90 até 120 dias
De 60,1% a 100%	3	100%	Lote 40%	Até 90 dias
			Lote 30%	De 90 até 120 dias
			Lote 30%	De 90 até 150 dias

9.1 O cronograma está sujeito a alterações em função da variação do efetivo, principalmente da Op Acolhida, reprovação do item no LIAB e possíveis itens em Restos a Pagar (RP).

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:
10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



10.1.6 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*
11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
11.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
11.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
11.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

12.1 A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 4º Edição AGO/2021:

12.1.1 Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
12.1.2 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
12.1.3 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
12.1.4 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
12.1.5 Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
12.1.6 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
12.1.7 Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
12.1.8 Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Deverá também consultar a Legislação Ambiental vigente.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
15.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
15.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
15.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
16.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
16.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
16.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
16.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
16.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
16.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
16.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
16.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
16.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
16.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
16.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
16.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DO REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
17.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IGP-M/IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
17.2 Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
17.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
17.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
17.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
17.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
17.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 O adjudicatário, no prazo de **05 (cinco)** dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas às obrigações contratuais.
18.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
18.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda
18.2.2 Seguro-garantia;
18.2.3 Fiança bancária;
18.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.
18.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

18.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contados da data em que for notificada.
18.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
18.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
19.1.1 A inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
19.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
19.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
19.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
19.1.5 Cometer fraude fiscal;
19.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
19.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
19.2.2 Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;
19.2.3 Multa compensatória de **50% (cinquenta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
19.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
19.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
19.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
19.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
19.3 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.5, 19.2.6 e 19.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
19.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
19.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
19.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
19.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
19.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
19.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
19.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
19.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
19.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
19.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
19.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



19.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
19.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1 O custo estimado da contratação é de R$ 58.858.801,93 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e um reais e noventa e três centavos).

FL Nº 523

Manaus, AM, 5 de outubro de 2022.

[redacted]

MÁRCIO DA SILVA **RODRIGUES – Cel**
Chefe do Centro de Coordenação de Operações Logísticas da 12ª Região Militar

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

Aprovo o presente Termo de Referência motivado pelo atendimento claro, conciso e objetivo aos elementos previstos nos § 1º e 2º do art. 14º do Decreto nº 10.024/2019 relativos aos custos, valor estimado, critérios de aceitação do objeto, deveres da contratada e da contratante, fiscalização e gerenciamento da contratação, prazo de execução e sanções administrativas.

[redacted]

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA - TC
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

FL Nº 529

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/11/2022 | Edição: 217 | Seção: 3 | Página: 25

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/12ª Região Militar

Fls. Nº 525

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UASG 160014

Nº Processo: 64321019104202261. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS).. Total de Itens Licitados: 84. Edital: 18/11/2022 das 09h30 às 11h30 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Av Dos Expedicionários, 6155, Ponta Negra, - Manaus/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160014-5-00002-2022. Entrega das Propostas: a partir de 18/11/2022 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/11/2022 às 10h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 17/11/2022) 160014-00001-2022NE000024

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/11/2022 | Edição: 224 | Seção: 3 | Página: 13

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/12ª Região Militar

Fl. nº 526

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO Nº 2/2022

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada , publicada no D.O.U de 18/11/2022, .Entrega das Propostas: a partir de 18/11/2022, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 07/12/2022, às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS).

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 28/11/2022) 160014-00001-2022NE000024

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Fl. nº 527

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
"Forte Mendonça Furtado"
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

Nota nº 38375, de 1º de dezembro de 2022, da(o) Esc Adm
Para o BOLETIM REGIONAL DA 12ª RM

Publique-se
Em ____/_____/____

JOSÉ FERNANDES FILGUEIRAS FILHO - Cel
Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar

PROCESSO LICITATÓRIO - pregão eletrônico - designação de pregoeiro

Designo o militar a seguir relacionado para a função de pregoeiro do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022 - Cmdo 12ª RM, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital e seus anexos.
- 3º Sgt STT **FELIPE** MOTA ALMEIDA (pregoeiro), da Cia C 12ª RM.

- Em consequência: caberá ao pregoeiro conduzir a sessão pública e ao final encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente, conforme prevê o art. 17, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; deverá ainda, providenciar o token de acesso ao SIASGnet junto à SVP 12 e mantê-lo atualizado; e o Esc Adm e a Cia C, ambos do Cmdo 12ª RM, o militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 38.375 de 1º DEZ 22, do Esc Adm Cmdo 12ª RM)

[redacted]

JOSIEL RODRIGUES DA SILVA - Ten Cel
Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar

Publicado no BOLETIM REGIONAL DA 12ª RM nº _____, de ____/_____/____, item _____

Referência: Nota para Boletim de 01/12/2022

Zimbra **pregao@12rm.eb.mil.br**

FL Nº 523

Re: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

De : Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br> sex., 25 de nov. de 2022 11:52
Assunto : Re: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014) 7 anexos
Para : SECEX-AM <secex-am@tcu.gov.br>
Cc : paulohc <paulohc@tcu.gov.br>

Bom dia Sra. Glenda,

Em complemento ao e-mail enviado através do salc12rm@hotmail.com, segue em anexo pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, relatório de pesquisa de preços, justificativa de pesquisa de preços com fornecedor e justificativa da composição do valor máximo aceitável para maiores esclarecimentos acerca dos questionamentos apontados por esse TCU.

Informo que a pesquisa de mercado dos itens em questão foi realizada de acordo com o inciso I, do art. 5º, da IN Seges nº 73/2020, utilizando o Painel de Preços no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos para obtenção do valor unitário máximo aceitável por este Órgão na referida licitação.

A pesquisa de mercado com fornecedores somente foi utilizada para os itens de pescado regional, pois não obtivemos êxito na busca realizada no painel de preços para estes itens específicos, conforme relatório e justificativa anexos a este e-mail.

Informo ainda, que o Pregão Eletrônico nº 02-2022 encontra-se divulgado no Portal de Compras do Governo Federal, com previsão de abertura da sessão pública no dia 30 NOV 22 as 10:30h (horário de Brasília/DF).

Ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Att,

SALC-12ª RM

De: "Seção de Licitações e Contratos" <pregao@12rm.eb.mil.br>
Para: "SECEX-AM" <secex-am@tcu.gov.br>
Cc: "paulohc" <paulohc@tcu.gov.br>
Enviadas: Quarta-feira, 23 de novembro de 2022 14:54:53
Assunto: Re: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

Boa tarde, Sra. Glenda,

Estamos encaminhando os arquivos solicitados através do e-mail salc12rm@hotmail.com, tendo em vista este e-mail não ter capacidade de envio.

Att,

SALC-12ª RM

De: "SECEX-AM" <secex-am@tcu.gov.br>
Para: "Seção de Licitações e Contratos" <pregao@12rm.eb.mil.br>
Cc: "Paulo Henrique Castro Grande de Arruda" <paulohc@tcu.gov.br>
Enviadas: Quarta-feira, 23 de novembro de 2022 14:19:49
Assunto: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

FL Nº 529

Prezado Sr. Ordenador(a) de Despesas e Sr(a). Pregoeiro(a),

No exercício da competência constitucional-legal cabível a este Tribunal de Contas da União quanto à fiscalização de licitações e contratos com emprego de recursos de origem ou competência federal, informo que a Secretaria do TCU no Amazonas deste Tribunal (Sec-AM) tem realizado o acompanhamento da aquisição de bens e serviços.

Assim, solicito a V. Sas. disponibilizar os seguintes esclarecimentos, referentes ao Pregão Eletrônico 02/2022 (UASG 160014), que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios:

a. justificativas para a estimativa de preços, acompanhadas das respectivas pesquisas de mercado, com indicação do cumprimento da ordem de preferência do art. 5º da IN Seges n. 73/2020, especialmente dos itens a seguir, considerando a possibilidade de haver sobrepreço em comparação com o Painel de Preços e contratações anteriores da própria unidade:

Item	Produto	CATMAT	und	Quantidade	Valor unitario	Valor Total
1	Açúcar Cristal	463988	kg	65572	6,88	R$ 451.135,36
2	Açúcar Cristal - Cota	463988	kg	11572	6,88	R$ 79.615,36
5	Arroz	458904	kg	244321	5,3	R$ 1.294.901,30
6	Arroz - Cota	458904	kg	12859	5,3	R$ 68.152,70
11	Contra-filé	447461	kg	54100	51,51	R$ 2.786.691,00
12	Contra-filé - Cota	447461	kg	1104	51,51	R$ 56.867,04
13	Coxão Duro	447439	kg	53548	40,15	R$ 2.149.952,20
14	Coxão Duro - Cota	447439	kg	1656	40,15	R$ 66.488,40
19	Maminha da Alcatra	447470	kg	54100	52,34	R$ 2.831.594,00
20	Maminha da Alcatra - Cota	447470	kg	1104	52,34	R$ 57.783,36
23	Miolo da Paleta	451062	kg	52996	35,58	R$ 1.885.597,68
24	Miolo da Paleta - Cota	451062	kg	2208	35,58	R$ 78.560,64
25	Patinho	447448	kg	53548	45,18	R$ 2.419.298,64
26	Patinho - Cota	447448	kg	1656	45,18	R$ 74.818,08
27	Bisteca Suína	447508	kg	34271	25,75	R$ 882.478,25
28	Bisteca Suína - Cota	447508	kg	2980	25,75	R$ 76.735,00
29	Lombo Suíno	447548	kg	30012	36,58	R$ 1.097.838,96
30	Lombo Suíno - Cota	447548	kg	1916	36,58	R$ 70.087,28
31	Pernil	447525	kg	29054	26,33	R$ 764.991,82
32	Pernil - Cota	447525	kg	2874	26,33	R$ 75.672,42
33	Coxa e Sobrecoxa	447636	kg	135853	19,02	R$ 2.583.924,06
34	Coxa e Sobrecoxa - Cota	447636	kg	4202	19,02	R$ 79.922,04
37	Feijão Anão	464553	kg	97728	13,07	R$ 1.277.304,96
38	Feijão Anão - Cota	464553	kg	5144	13,07	R$ 67.232,08
39	Feijão Anão Preto	464552	kg	148136	12	R$ 1.777.632,00
40	Feijão Anão Preto - Cota	464552	kg	6172	12	R$ 74.064,00
51	Óleo de Soja	463692	900ml	58511	13,27	R$ 776.440,97
52	Óleo de Soja - Cota	463692	900ml	5787	13,27	R$ 76.793,49

b. situação atual do Pregão Eletrônico 02/2022;
c. demais informações que julgar necessárias.

Em razão do exposto, solicito o envio de resposta **concisa** ao e-mail secex-am@tcu.gov.br, com cópia para paulohc@tcu.gov.br, no prazo de **7 (sete) dias**.

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones (92) 99112-0858 (Paulo), (92) 99235-9222 (Glenda), ou pelos endereços eletrônicos retrocitados.

Peço, por gentileza, confirmar o recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

TCU
Glenda Grando de Meira Menezes
Secretária do TCU no Estado do Amazonas
(92) 3303 9816 / 99235 9222

Prezado Sr. Ordenador(a) de Despesas e Sr(a). Pregoeiro(a),

FL Nº 530

No exercício da competência constitucional-legal cabível a este Tribunal de Contas da União quanto à fiscalização de licitações e contratos com emprego de recursos de origem ou competência federal, informo que a Secretaria do TCU no Amazonas deste Tribunal (Sec-AM) tem realizado o acompanhamento da aquisição de bens e serviços.

Assim, solicito a V. Sas. disponibilizar os seguintes esclarecimentos, referentes ao Pregão Eletrônico 02/2022 (UASG 160014), que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios:

a. justificativas para a estimativa de preços, acompanhadas das respectivas pesquisas de mercado, com indicação do cumprimento da ordem de preferência do art. 5º da IN Seges n. 73/2020, especialmente dos itens a seguir, considerando a possibilidade de haver sobrepreço em comparação com o Painel de Preços e contratações anteriores da própria unidade:

Item	Produto	CATMAT	und	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Açúcar Cristal	463988	kg	65572	6,88	R$ 451.135,36
2	Açúcar Cristal - Cota	463988	kg	11572	6,88	R$ 79.615,36
5	Arroz	458904	kg	244321	5,3	R$ 1.294.901,30
6	Arroz - Cota	458904	kg	12859	5,3	R$ 68.152,70
11	Contra-filé	447461	kg	54100	51,51	R$ 2.786.691,00
12	Contra-filé - Cota	447461	kg	1104	51,51	R$ 56.867,04
13	Coxão Duro	447439	kg	53548	40,15	R$ 2.149.952,20
14	Coxão Duro - Cota	447439	kg	1656	40,15	R$ 66.488,40
19	Maminha da Alcatra	447470	kg	54100	52,34	R$ 2.831.594,00
20	Maminha da Alcatra - Cota	447470	kg	1104	52,34	R$ 57.783,36
23	Miolo da Paleta	451062	kg	52996	35,58	R$ 1.885.597,68
24	Miolo da Paleta - Cota	451062	kg	2208	35,58	R$ 78.560,64
25	Patinho	447448	kg	53548	45,18	R$ 2.419.298,64
26	Patinho - Cota	447448	kg	1656	45,18	R$ 74.818,08
27	Bisteca Suína	447508	kg	34271	25,75	R$ 882.478,25
28	Bisteca Suína - Cota	447508	kg	2980	25,75	R$ 76.735,00
29	Lombo Suíno	447548	kg	30012	36,58	R$ 1.097.838,96
30	Lombo Suíno - Cota	447548	kg	1916	36,58	R$ 70.087,28
31	Pernil	447525	kg	29054	26,33	R$ 764.991,82
32	Pernil - Cota	447525	kg	2874	26,33	R$ 75.672,42
33	Coxa e Sobrecoxa	447636	kg	135853	19,02	R$ 2.583.924,06
34	Coxa e Sobrecoxa - Cota	447636	kg	4202	19,02	R$ 79.922,04
37	Feijão Anão	464553	kg	97728	13,07	R$ 1.277.304,96
38	Feijão Anão - Cota	464553	kg	5144	13,07	R$ 67.232,08
39	Feijão Anão Preto	464552	kg	148136	12	R$ 1.777.632,00
40	Feijão Anão Preto - Cota	464552	kg	6172	12	R$ 74.064,00
51	Óleo de Soja	463692	900ml	58511	13,27	R$ 776.440,97
52	Óleo de Soja - Cota	463692	900ml	5787	13,27	R$ 76.793,49

b. situação atual do Pregão Eletrônico 02/2022;
c. demais informações que julgar necessárias.

Em razão do exposto, solicito o envio de resposta **concisa** ao e-mail secex-am@tcu.gov.br, com cópia para paulohc@tcu.gov.br, no prazo de **7 (sete) dias**.

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones (92) 99112-0858 (Paulo), (92) 99235-9222 (Glenda), ou pelos endereços eletrônicos retrocitados.

Peço, por gentileza, confirmar o recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

TCU
Glenda Grando de Meira Menezes
Secretária do TCU no Estado do Amazonas
(92) 3303 9816 / 99235 9222

Fl. Nº 531

De : SECEX-AM <secex-am@tcu.gov.br> qua., 23 de nov. de 2022 14:19
Assunto : TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014) 1 anexo
Para : Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br>
Cc : Paulo Henrique Castro Grande de Arruda <paulohc@tcu.gov.br>

FL Nº 532

Prezado Sr. Ordenador(a) de Despesas e Sr(a). Pregoeiro(a),

No exercício da competência constitucional-legal cabível a este Tribunal de Contas da União quanto à fiscalização de licitações e contratos com emprego de recursos de origem ou competência federal, informo que a Secretaria do TCU no Amazonas deste Tribunal (Sec-AM) tem realizado o acompanhamento da aquisição de bens e serviços.

Assim, solicito a V. Sas. disponibilizar os seguintes esclarecimentos, referentes ao Pregão Eletrônico 02/2022 (UASG 160014), que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios:

a. justificativas para a estimativa de preços, acompanhadas das respectivas pesquisas de mercado, com indicação do cumprimento da ordem de preferência do art. 5º da IN Seges n. 73/2020, especialmente dos itens a seguir, considerando a possibilidade de haver sobrepreço em comparação com o Painel de Preços e contratações anteriores da própria unidade:

Item	Produto	CATMAT	und	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Açúcar Cristal	463988	kg	65572	6,88	R$ 451.135,36
2	Açúcar Cristal - Cota	463988	kg	11572	6,88	R$ 79.615,36
5	Arroz	458904	kg	244321	5,3	R$ 1.294.901,30
6	Arroz - Cota	458904	kg	12859	5,3	R$ 68.152,70
11	Contra-filé	447461	kg	54100	51,51	R$ 2.786.691,00
12	Contra-filé - Cota	447461	kg	1104	51,51	R$ 56.867,04
13	Coxão Duro	447439	kg	53548	40,15	R$ 2.149.952,20
14	Coxão Duro - Cota	447439	kg	1656	40,15	R$ 66.488,40
19	Maminha da Alcatra	447470	kg	54100	52,34	R$ 2.831.594,00
20	Maminha da Alcatra - Cota	447470	kg	1104	52,34	R$ 57.783,36
23	Miolo da Paleta	451062	kg	52996	35,58	R$ 1.885.597,68
24	Miolo da Paleta - Cota	451062	kg	2208	35,58	R$ 78.560,64
25	Patinho	447448	kg	53548	45,18	R$ 2.419.298,64
26	Patinho - Cota	447448	kg	1656	45,18	R$ 74.818,08
27	Bisteca Suína	447508	kg	34271	25,75	R$ 882.478,25
28	Bisteca Suína - Cota	447508	kg	2980	25,75	R$ 76.735,00
29	Lombo Suíno	447548	kg	30012	36,58	R$ 1.097.838,96
30	Lombo Suíno - Cota	447548	kg	1916	36,58	R$ 70.087,28
31	Pernil	447525	kg	29054	26,33	R$ 764.991,82
32	Pernil - Cota	447525	kg	2874	26,33	R$ 75.672,42
33	Coxa e Sobrecoxa	447636	kg	135853	19,02	R$ 2.583.924,06
34	Coxa e Sobrecoxa - Cota	447636	kg	4202	19,02	R$ 79.922,04
37	Feijão Anão	464553	kg	97728	13,07	R$ 1.277.304,96
38	Feijão Anão - Cota	464553	kg	5144	13,07	R$ 67.232,08
39	Feijão Anão Preto	464552	kg	148136	12	R$ 1.777.632,00
40	Feijão Anão Preto - Cota	464552	kg	6172	12	R$ 74.064,00
51	Óleo de Soja	463692	900ml	58511	13,27	R$ 776.440,97
52	Óleo de Soja - Cota	463692	900ml	5787	13,27	R$ 76.793,49

b. situação atual do Pregão Eletrônico 02/2022;
c. demais informações que julgar necessárias.

Em razão do exposto, solicito o envio de resposta **concisa** ao e-mail secex-am@tcu.gov.br, com cópia para paulohc@tcu.gov.br, no prazo de **7 (sete) dias**.

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones (92) 99112-0858 (Paulo), (92) 99235-9222 (Glenda), ou pelos endereços eletrônicos retrocitados.

Peço, por gentileza, confirmar o recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

Glenda Grando de Meira Menezes
Secretária do TCU no Estado do Amazonas
(92) 3303 9816 / 99235 9222

Fl. Nº 533

Zimbra Responder após homologação do PE pregao@12rm.eb.mil.br

Fl. Nº 534

RES: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

De : SECEX-AM <secex-am@tcu.gov.br> sex., 25 de nov. de 2022 17:55

Assunto : RES: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014) 1 anexo

Para : Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br>

Cc : Paulo Henrique Castro Grande de Arruda <paulohc@tcu.gov.br>

Prezado Sr. Ordenador(a) de Despesas e Sr(a). Pregoeiro(a),

Acuso o recebimento das informações preliminares em resposta à solicitação encaminhada a V. Sa. em 23/11/2022, concernentes ao edital de Pregão Eletrônico 02/2022 (UASG 160014), que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios.

O relato indicado nos itens 1 a 13, registrados ao final desta mensagem, indica falhas no processo licitatório, o que pode ocasionar contratação com sobrepreço e dano ao erário.

Dessa forma, solicitamos que sejam encaminhadas justificativas técnicas adicionais, ou outras informações que julgar relevantes, caso considere necessário manter as cláusulas e exigências do certame.

Informo que a atuação da Sec-AM, neste caso, tem caráter preventivo e não constitui impedimento jurídico para o prosseguimento do certame. Ressalto que não compete ao TCU, no âmbito do presente procedimento, emitir parecer relativo ao certame, visto não se incluir nas competências constitucionalmente atribuídas a este Tribunal a função de assessoramento, e sim de controle.

Não sendo suficientes as informações prestadas para esclarecer os questionamentos, será dado prosseguimento ao feito no âmbito do TCU.

Solicito envio de resposta concisa ao e-mail secex-am@tcu.gov.br, com cópia para paulohc@tcu.gov.br, no prazo de **7 (sete) dias**.

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones (92) 99112-0858 (Paulo), (92) 99235-9222 (Glenda), ou pelos endereços eletrônicos indicados anteriormente.

Peço, por gentileza, confirmar o recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

TCU
Glenda Grando de Meira Menezes
Secretaria do TCU no Estado do Amazonas
(92) 3303 9816 / 99235 9222

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 02/2022 (UASG 160014) – aquisição de gêneros alimentícios

Constatações

1) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 01 e 02

A pesquisa de preços para os itens 01 e 02 (Açúcar Cristal), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 6,88:

a) Pregão 31/2022 (UASG 154502), Estado do MS, data de 05/2022: R$ 7,24

b) Pregão 07/2022 (UASG 110404), DF, data de 04/2021: R$ 6,99;

c) Pregão 50/2022 (UASG 120072), Estado do PR, data de 06/2021: R$ 6,40.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 5 aquisições, de 06 a 10/2022, todas no AM, obtendo uma média de R$ 4,62:

- Pregão 12/2022 (UASG 080002) – item 02

- Dispensa 05/2022 (UASG 170209) – item 02

- Pregão 05/2022 (UASG 788820) – item 03

- Pregão 04/2022 (UASG 927131) – item 01

- Dispensa 48/2022 (UASG 170209) – item 02

FL Nº 536

2) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 05 e 06

A pesquisa de preços para os itens 05 e 06 (Arroz), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 5,30:

a) Pregão 52/2021 (UASG 158146), Estado do PI, data de 03/2022: R$ 5,00

b) Pregão 11103/2022 (UASG 158516), Estado de SC, data de 06/2022: R$ 5,40;

c) Pregão 07/2021 (UASG 158513), Estado do PA, data de 01/2022: R$ 5,49.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 7 aquisições, de 06 a 10/2022, todas no AM, obtendo uma média de R$ 3,94:

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 07

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 78

- Pregão 02/2022 (UASG 154039) – item 02

- Pregão 08/2022 (UASG 158563) – item 07

- Dispensa 18/2022 (UASG 194045) – item 01

- Pregão 29/2022 (UASG 257025) – item 07

- Pregão 10/2022 (UASG 980227) – item 05

3) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 11 e 12

A pesquisa de preços para os itens 11 e 12 (Contrafilé), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 51,51:

a) Pregão 61/2021 (UASG 153166), Estado do RJ, data de 03/2022: R$ 52,93

b) Pregão 61/2021 (UASG 153166), Estado do RJ, data de 03/2022: R$ 51,10;

c) Pregão 11/2021 (UASG 160293), Estado de SP, data de 01/2022: R$ 50,50.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 4 aquisições, de 07 a 10/2022, todas na Região Norte, obtendo uma média de R$ 40,47:

- Dispensa 4/2022 (UASG 155440) – item 20

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 34

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 35

- Pregão 14/2022 (UASG 160001) – item 12

4) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 13 e 14

A pesquisa de preços para os itens 13 e 14 (Coxão Duro), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 40,15:

a) Pregão 39/2021 (UASG 158127), Estado do RS, data de 02/2022: R$ 40,00;

b) Pregão 51/2021 (UASG 154054), Estado do MS, data de 12/2021: R$ 41,50;

c) Pregão 26/2021 (UASG 158146), Estado do CE, data de 12/2021: R$ 38,94.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 4 aquisições, de 07 a 10/2022, obtendo uma média de R$ 33,14:

- Pregão 41/2022 (UASG 120625) – item 06

- Pregão 08/2022 (UASG 160392) – item 61

- Pregão 01/2022 (UASG 160065) – item 33

- Pregão 08/2022 (UASG 989041) – item 12

3) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 19 e 20

A pesquisa de preços para os itens 19 e 20 (Maminha da Alcatra), que consta da resposta ao e-mail anterior,

apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 52,34:

a) Pregão 14/2021 (UASG 160118), Estado de MG, data de 03/2022: R$ 53,02;

b) Pregão 39/2021 (UASG 158127), Estado do RS, data de 02/2022: R$ 52,00;

c) Pregão 11/2021 (UASG 160293), Estado de SP, data de 01/2022: R$ 52,00.

Fl. Nº 536

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 4 aquisições, de 07 a 08/2022, todas na Região Norte, obtendo uma média de R$ 38,33:

- Pregão 11/2022 (UASG 160163) – item 13

- Pregão 27/2022 (UASG 788820) – item 06

- Pregão 11/2022 (UASG 160163) – item 14

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 39

5) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 23 e 24

A pesquisa de preços para os itens 23 e 24 (Miolo da Paleta), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 35,58:

a) Pregão 08/2022 (UASG 160349), Estado do AM, data de 05/2022: R$ 34,78;

b) Pregão 05/2022 (UASG 160036), Estado de MG, data de 04/2022: R$ 33,87;

c) Pregão 11105/2022 (UASG 158516), Estado de SC, data de 05/2022: R$ 38,10.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 6 aquisições, de 08 a 11/2022, obtendo uma média de R$ 26,64:

- Pregão 49/2022 (UASG 984179) – item 19

- Pregão 13/2022 (UASG 980511) – item 20

- Pregão 03/2022 (UASG 160448) – item 02

- Pregão 03/2022 (UASG 160488) – item 54

- Pregão 08/2022 (UASG 160062) – item 29

- Pregão 01/2022 (UASG 160065) – item 22

6) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 25 e 26

A pesquisa de preços para os itens 25 e 26 (Patinho), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 45,18:

a) Pregão 14/2021 (UASG 160118), Estado de MG, data de 03/2022: R$ 47,78;

b) Pregão 07/2022 (UASG 160203), Estado do PI, data de 06/2022: R$ 44,76;

c) Pregão 07/2022 (UASG 160203), Estado do PI, data de 06/2022: R$ 43,00.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 4 aquisições, de 08 a 10/2022, todas no AM, obtendo uma média de R$ 32,48:

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 03

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 04

- Pregão 08/2022 (UASG 135049) – item 11

- Pregão 29/2022 (UASG 257025) – item 23

7) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 27 e 28

A pesquisa de preços para os itens 27 e 28 (Bisteca Suína), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 25,75:

a) Pregão 11/2021 (UASG 160293), Estado de SP, data de 01/2022: R$ 30,00;

b) Pregão 07/2022 (UASG 160203), Estado do PI, data de 06/2022: R$ 23,76;

c) Pregão 15/2022 (UASG 785810), Estado do PR, data de 08/2022: R$ 23,50.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 5 aquisições, de 06 a 08/2022, todas na Região Norte, obtendo uma média de R$ 18,04:

- Pregão 11/2022 (UASG 784810) – item 30

- Pregão 17/2022 (UASG 120628) – item 44

- Pregão 31/2022 (UASG 120628) – item 14

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 52

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 53

8) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 29 e 30

A pesquisa de preços para os itens 29 e 30 (Lombo Suíno), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 36,58:

a) Pregão 31/2022 (UASG 120628), Estado do AM, data de 06/2022: R$ 37,85;

b) Pregão 11103/2022 (UASG 158516), Estado de SC, data de 06/2022: R$ 36,90;

c) Pregão 11/2022 (UASG 160293), Estado de SP, data de 01/2022: R$ 35,00.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 7 aquisições, de 06 a 08/2022, todas na Região Norte, obtendo uma média de R$ 21,50:

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 09

- Pregão 11/2022 (UASG 160163) – item 17

- Pregão 11/2022 (UASG 784810) – item 33

- Pregão 11/2022 (UASG 160163) – item 18

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 50

- Pregão 11/2022 (UASG 784810) – item 34

- Pregão 31/2022 (UASG 120628) – item 11

9) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 31 e 32

A pesquisa de preços para os itens 31 e 32 (Pernil Suíno), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 26,33:

a) Pregão 72/2021 (UASG 158148), Estado de RO, data de 12/2021: R$ 26,31;

b) Pregão 39/2021 (UASG 158127), Estado de SC, data de 02/2022: R$ 25,17;

c) Pregão 03/2022 (UASG 160136), Estado do RJ, data de 04/2022: R$ 27,50.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 7 aquisições, de 06 a 07/2022, todas na Região Norte, obtendo uma média de R$ 19,69:

- Pregão 11/2022 (UASG 160163) – item 19

- Pregão 11/2022 (UASG 160163) – item 20

- Pregão 14/2022 (UASG 788820) – item 25

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 48

- Pregão 14/2022 (UASG 788820) – item 129

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 49

- Pregão 31/2022 (UASG 120628) – item 13

10) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 33 e 34

A pesquisa de preços para os itens 31 e 32 (Pernil Suíno), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 19,02:

a) Pregão 53/2021 (UASG 158144), Estado do MT, data de 01/2022: R$ 19,84;

b) Pregão 32/2021 (UASG 158154), Estado de SP, data de 02/2022: R$ 18,32;

c) Pregão 58/2021 (UASG 153052), Estado de GO, data de 04/2022: R$ 18,90.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 7 aquisições, de 07 a 09/2022, todas na Região Norte, obtendo uma média de R$ 11,48:

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 46

- Pregão 77/2022 (UASG 450522) – item 51

- Pregão 13/2022 (UASG 980028) – item 24

- Pregão 119/2022 (UASG 980005) – item 133

- Pregão 02/2022 (UASG 160349) – item 47

Fl. nº 538

- Pregão 117/2022 (UASG 450522) – item 12

- Pregão 117/2022 (UASG 450522) – item 13

11) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 37 e 38

A pesquisa de preços para os itens 37 e 38 (Feijão), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 13,07:

a) Pregão 10/2022 (UASG 158127), Estado do RS, data de 02/2022: R$ 13,25;

b) Pregão 10/2022 (UASG 158305), Estado de MG, data de 07/2022: R$ 13,00;

c) Pregão 11/2021 (UASG 160293), Estado de SP, data de 01/2022: R$ 12,95.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 3 aquisições, de 07 a 08/2022, todas no AM, obtendo uma média de R$ 5,90:

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 87

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 88

- Pregão 05/2022 (UASG 788820) – item 226

12) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 39 e 40

A pesquisa de preços para os itens 39 e 40 (Feijão Preto), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 12,00:

a) Pregão 01/2022 (UASG 160065), DF, data de 08/2022: R$ 13,19;

b) Pregão 10/2022 (UASG 158127), Estado do RS, data de 02/2022: R$ 12,25;

c) Pregão 22/2021 (UASG 158125), Estado de SC, data de 06/2022: R$ 10,56.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 4 aquisições, de 07 a 09/2022, todas no AM, obtendo uma média de R$ 7,12:

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 85

- Pregão 05/2022 (UASG 788820) – item 56

- Pregão 08/2022 (UASG 158563) – item 29

- Pregão 05/2022 (UASG 788820) – item 253

13) Possível falha na Pesquisa de Mercado – itens 51 e 52

A pesquisa de preços para os itens 51 e 52 (Óleo de Soja), que consta da resposta ao e-mail anterior, apresenta cotações obtidas nas seguintes contratações perfazendo uma média de R$ 13,27:

a) Pregão 26/2021 (UASG 154421), Estado de PE, data de 03/2022: R$ 13,02;

b) Pregão 11/2021 (UASG 160293), Estado de SP, data de 01/2022: R$ 13,88;

c) Pregão 69/2021 (UASG 158139), Estado do ES, data de 12/2021: R$ 12,90.

A Sec-AM pôde verificar no próprio Painel de Preços, por exemplo, 3 aquisições, de 07 a 08/2022, todas no AM, obtendo uma média de R$ 9,48:

- Pregão 40/2022 (UASG 120630) – item 91

- Pregão 29/2022 (UASG 257025) – item 64

- Pregão 26/2022 (UASG 788820) – item 02

De: Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br>
Enviada em: sexta-feira, 25 de novembro de 2022 11:53
Para: SECEX-AM <secex-am@tcu.gov.br>
Cc: Paulo Henrique Castro Grande de Arruda <paulohc@tcu.gov.br>
Assunto: Re: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

Bom dia Sra. Glenda,

Em complemento ao e-mail enviado através do salc12rm@hotmail.com, segue em anexo pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, relatório de pesquisa de preços, justificativa de pesquisa de preços com fornecedor e justificativa da composição do valor máximo aceitável para maiores esclarecimentos acerca dos questionamentos apontados por esse TCU.

Informo que a pesquisa de mercado dos itens em questão foi realizada de acordo com o inciso I, do art. 5º, da IN Seges nº 73/2020, utilizando o Painel de Preços no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos para obtenção do valor unitário máximo aceitável por este Órgão na referida licitação.

FL Nº 539

A pesquisa de mercado com fornecedores somente foi utilizada para os itens de pescado regional, pois não obtivemos êxito na busca realizada no painel de preços para estes itens específicos, conforme relatório e justificativa anexos a este e-mail.

Informo ainda, que o Pregão Eletrônico nº 02-2022 encontra-se divulgado no Portal de Compras do Governo Federal, com previsão de abertura da sessão pública no dia 30 NOV 22 as 10:30h (horário de Brasília/DF).

Ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Att,

SALC-12ª RM

De: "Seção de Licitações e Contratos" <pregao@12rm.eb.mil.br>
Para: "SECEX-AM" <secex-am@tcu.gov.br>
Cc: "paulohc" <paulohc@tcu.gov.br>
Enviadas: Quarta-feira, 23 de novembro de 2022 14:54:53
Assunto: Re: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

Boa tarde, Sra. Glenda,

Estamos encaminhando os arquivos solicitados através do e-mail salc12rm@hotmail.com, tendo em vista este e-mail não ter capacidade de envio.

Att,

SALC-12ª RM

De: "SECEX-AM" <secex-am@tcu.gov.br>
Para: "Seção de Licitações e Contratos" <pregao@12rm.eb.mil.br>
Cc: "Paulo Henrique Castro Grande de Arruda" <paulohc@tcu.gov.br>
Enviadas: Quarta-feira, 23 de novembro de 2022 14:19:49
Assunto: TCU - Solicitação de Informações - PE 02/2022 (UASG 160014)

Prezado Sr. Ordenador(a) de Despesas e Sr(a). Pregoeiro(a),

No exercício da competência constitucional-legal cabível a este Tribunal de Contas da União quanto à fiscalização de licitações e contratos com emprego de recursos de origem ou competência federal, informo que a Secretaria do TCU no Amazonas deste Tribunal (Sec-AM) tem realizado o acompanhamento da aquisição de bens e serviços.

Assim, solicito a V. Sas. disponibilizar os seguintes esclarecimentos, referentes ao Pregão Eletrônico 02/2022 (UASG 160014), que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios:

a. justificativas para a estimativa de preços, acompanhadas das respectivas pesquisas de mercado, com indicação do cumprimento da ordem de preferência do art. 5º da IN Seges n. 73/2020, especialmente dos itens a seguir, considerando a possibilidade de haver sobrepreço em comparação com o Painel de Preços e contratações anteriores da própria unidade:

Item	Produto	CATMAT	und	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	Açúcar Cristal	463988	kg	65572	6,88	R$ 451.135,36
2	Açúcar Cristal - Cota	463988	kg	11572	6,88	R$ 79.615,36
5	Arroz	458904	kg	244321	5,3	R$ 1.294.901,30
6	Arroz - Cota	458904	kg	12859	5,3	R$ 68.152,70

11	Contra-filé	447461	kg	54100	51,51	R$	2.786.691,00
12	Contra-filé - Cota	447461	kg	1104	51,51	R$	56.867,04
13	Coxão Duro	447439	kg	53548	40,15	R$	2.149.952,20
14	Coxão Duro - Cota	447439	kg	1656	40,15	R$	66.488,40
19	Maminha da Alcatra	447470	kg	54100	52,34	R$	2.831.594,00
20	Maminha da Alcatra - Cota	447470	kg	1104	52,34	R$	57.783,36
23	Miolo da Paleta	451062	kg	52996	35,58	R$	1.885.597,68
24	Miolo da Paleta - Cota	451062	kg	2208	35,58	R$	78.560,64
25	Patinho	447448	kg	53548	45,18	R$	2.419.298,64
26	Patinho - Cota	447448	kg	1656	45,18	R$	74.818,08
27	Bisteca Suína	447508	kg	34271	25,75	R$	882.478,25
28	Bisteca Suína - Cota	447508	kg	2980	25,75	R$	76.735,00
29	Lombo Suíno	447548	kg	30012	36,58	R$	1.097.838,96
30	Lombo Suíno - Cota	447548	kg	1916	36,58	R$	70.087,28
31	Pernil	447525	kg	29054	26,33	R$	764.991,82
32	Pernil - Cota	447525	kg	2874	26,33	R$	75.672,42
33	Coxa e Sobrecoxa	447636	kg	135853	19,02	R$	2.583.924,06
34	Coxa e Sobrecoxa - Cota	447636	kg	4202	19,02	R$	79.922,04
37	Feijão Anão	464553	kg	97728	13,07	R$	1.277.304,96
38	Feijão Anão - Cota	464553	kg	5144	13,07	R$	67.232,08
39	Feijão Anão Preto	464552	kg	148136	12	R$	1.777.632,00
40	Feijão Anão Preto - Cota	464552	kg	6172	12	R$	74.064,00
51	Óleo de Soja	463692	900ml	58511	13,27	R$	776.440,97
52	Óleo de Soja - Cota	463692	900ml	5787	13,27	R$	76.793,49

b. situação atual do Pregão Eletrônico 02/2022;
c. demais informações que julgar necessárias.

Em razão do exposto, solicito o envio de resposta **concisa** ao e-mail secex-am@tcu.gov.br, com cópia para paulohc@tcu.gov.br, no prazo de **7 (sete) dias**.

Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones (92) 99112-0858 (Paulo), (92) 99235-9222 (Glenda), ou pelos endereços eletrônicos retrocitados.

Peço, por gentileza, confirmar o recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

TCU

Glenda Grando de Meira Menezes
Secretária do TCU no Estado do Amazonas
(92) 3303 9816 / 99235 9222

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 541

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 14:56:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FRANGOS PIONEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**
CNPJ: **00.974.731/0006-42**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Fl. nº 542

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**00.974.731/0006-42**	DUNS®:	**678011935**
Razão Social:	**FRANGOS PIONEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**FRANGOS PIONEIRO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/10/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**24/05/2023**
FGTS		Validade:	**12/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**29/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**21/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**16/02/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

Fl. Nº 543

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/02/2023 15:21:06

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI**
CNPJ: **00.984.909/0001-21**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 544

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**00.984.909/0001-21**	DUNS®:	**912080546**
Razão Social:	**ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI**		
Nome Fantasia:	**ASPROC**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/11/2023**
Natureza Jurídica:	**ASSOCIAÇÃO PRIVADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**19/06/2023**
FGTS		Validade:	**06/03/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**05/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**31/03/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/03/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 545

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 11/11/2022 19:04:45

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BRF S.A.**
CNPJ: **01.838.723/0001-27**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

Fls. nº 546

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**01.838.723/0001-27**	DUNS®:	**901236729**
Razão Social:	**BRF S.A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**06/05/2023**
FGTS	Validade:	**03/03/2023**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**02/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**04/04/2023**
Receita Municipal	Validade:	**22/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 944.517.452-68 Nome: FELIPE MOTA ALMEIDA
Ass: _____

FL Nº 547

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**01.838.723/0001-27**	DUNS®:	**901236729**
Razão Social:	**BRF S.A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**06/05/2023**
FGTS		Validade:	**17/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**04/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**19/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**26/12/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

FL Nº 548

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.914.460/0191-70**	DUNS®:	**897274672**
Razão Social:	**SEARA ALIMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**SEARA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**24/10/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**17/04/2023**
FGTS		Validade:	**06/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**16/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/05/2023**
Receita Municipal	Validade:	**02/04/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

Fl. nº 949

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.914.460/0191-70**	DUNS®:	**897274672**
Razão Social:	**SEARA ALIMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**SEARA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**24/10/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**17/04/2023**
FGTS		Validade:	**30/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**16/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**08/12/2022** (*)
Receita Municipal	Validade:	**02/04/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:33:17

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SEARA ALIMENTOS LTDA**
CNPJ: **02.914.460/0191-70**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Fl. Nº 551

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.916.265/0024-56**	DUNS®:	**914580717**
Razão Social:	**JBS S/A**		
Nome Fantasia:	**FRIBOI**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**16/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**15/05/2023**
FGTS	Validade:	**14/02/2023**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**27/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**12/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**11/03/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

FL Nº 552

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.916.265/0024-56**	DUNS®:	**914580717**
Razão Social:	**JBS S/A**		
Nome Fantasia:	**FRIBOI**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**16/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**15/05/2023**
FGTS		Validade:	**19/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**27/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**12/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**10/01/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 553

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:22:59

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **JBS S/A**
CNPJ: **02.916.265/0024-56**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 554

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.119.145/0001-20**	DUNS®:	**897548110**
Razão Social:	**L R J AGUIAR LTDA**		
Nome Fantasia:	**CEREAIS VILA NOVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**27/02/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**13/06/2023**
FGTS		Validade:	**20/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**02/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**18/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**15/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fl. Nº 555

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:28:02

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **L R J AGUIAR LTDA**
CNPJ: **05.119.145/0001-20**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Fl. Nº 556

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.119.145/0001-20**	DUNS®:	**897548110**
Razão Social:	**L R J AGUIAR LTDA**		
Nome Fantasia:	**CEREAIS VILA NOVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**27/02/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Validade:	**13/06/2023**
FGTS		Validade:	**25/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**12/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**15/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

FLS Nº 557

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 51942801
Data: 09/11/2022
Hora: 13:38:49
Válida até: 09/12/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

C.N.P.J: 04.763.627/0001-55 - L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Inscrição: 04.150.274-4 - **Situação:** Suspenso

CNAE: 5611-2/01 - Restaurantes e similares

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Fl. Nº 558

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**04.763.627/0001-55**	DUNS®:	**936828139**
Razão Social:	**L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**21/11/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**08/05/2023**
FGTS		Validade:	**10/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**27/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**28/01/2023** (*)
Receita Municipal	Validade:	**07/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

FL Nº 559

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:26:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**
CNPJ: **04.763.627/0001-55**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 560

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:17:55

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FRANK DE ALMEIDA COSTA LTDA**
CNPJ: **07.045.069/0001-80**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 561

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.045.069/0001-80**	DUNS®:	**938008098**
Razão Social:	**FRANK DE ALMEIDA COSTA LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**03/05/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**30/01/2023**
FGTS	Validade:	**26/12/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**11/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**05/01/2023**
Receita Municipal	Validade:	**06/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/12/2022**

FL Nº 562

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.045.069/0001-80**	DUNS®:	**938008098**
Razão Social:	**FRANK DE ALMEIDA COSTA LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**03/05/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**19/07/2023**
FGTS		Validade:	**21/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**05/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**06/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **28/02/2023**

FL Nº 563

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/02/2023 11:11:33

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **IMPERIAL CAFE COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA**
CNPJ: **07.638.718/0001-57**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 564

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.638.718/0001-57**	DUNS®:	**898279733**
Razão Social:	**IMPERIAL CAFE COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**IMPERIAL CAFE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**01/05/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**10/05/2023**
FGTS	Validade:	**15/02/2023**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**26/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**14/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**21/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 565

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 14:51:00

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **COMERCIO DE FRIOS MANAUS LTDA**
CNPJ: **10.418.161/0001-53**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 566

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.418.161/0001-53**	DUNS®:	**899660014**
Razão Social:	**COMERCIO DE FRIOS MANAUS LTDA**		
Nome Fantasia:	**FRIGOMAN**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**01/09/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**04/06/2023**
FGTS		Validade:	**22/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**08/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**05/01/2023**
Receita Municipal	Validade:	**26/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

Fl. Nº 567

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.418.161/0001-53**	DUNS®:	**899660014**
Razão Social:	**COMERCIO DE FRIOS MANAUS LTDA**		
Nome Fantasia:	**FRIGOMAN**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**01/09/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**18/06/2023**
FGTS		Validade:	**17/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**30/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**17/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**26/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 568

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:30:39

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MAR RIO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**
CNPJ: **11.376.301/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 569

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.376.301/0001-30**	DUNS®:	**900176784**
Razão Social:	**MAR RIO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**MAR RIO INDUSTRIA E COMERCIO**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**01/09/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**20/03/2023**
FGTS		Validade:	**17/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**23/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**10/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**10/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 570

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 14:55:34

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FENIX GRILL LTDA**
CNPJ: **13.504.249/0001-86**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 571

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**13.504.249/0001-86**	DUNS®:	**939796286**
Razão Social:	**FENIX GRILL LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**08/05/2023**
FGTS	Validade:	**31/12/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**23/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**22/01/2023**
Receita Municipal	Validade:	**07/01/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

Fl. nº 572

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**13.504.249/0001-86**	DUNS®:	**939796286**
Razão Social:	**FENIX GRILL LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**08/05/2023**
FGTS		Validade:	**01/03/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**30/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**08/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 573

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 14:39:54

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BIO PESCADOS DA AMAZONIA LTDA**
CNPJ: **13.913.125/0001-54**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 574

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**13.913.125/0001-54**	DUNS®:	**939184913**
Razão Social:	**BIO PESCADOS DA AMAZONIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**BIO PESCADO DA AMAZONIA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/11/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**03/04/2023**
FGTS		Validade:	**30/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**04/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**27/01/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

FL Nº 575

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**13.913.125/0001-54**	DUNS®:	**939184913**
Razão Social:	**BIO PESCADOS DA AMAZONIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**BIO PESCADO DA AMAZONIA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/11/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**03/04/2023**
FGTS		Validade:	**25/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**05/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**08/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**07/04/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 576

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:29:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **L P CONFECCOES LTDA**
CNPJ: **23.603.283/0001-61**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 577

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**23.603.283/0001-61**	DUNS®:	**942871164**
Razão Social:	**L P CONFECCOES LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**19/10/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**22/05/2023**
FGTS		Validade:	**13/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**30/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**18/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**20/03/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

FL Nº 578

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**28.695.501/0001-59**	DUNS®:	**945119724**
Razão Social:	**J. F. DE OLIVEIRA E SILVA LTDA**		
Nome Fantasia:	**PRECO BOM**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/02/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Sem Informação	
FGTS		Validade:	**13/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**26/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**13/04/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

FL Nº 579

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**28.695.501/0001-59**	DUNS®:	**945119724**
Razão Social:	**J. F. DE OLIVEIRA E SILVA LTDA**		
Nome Fantasia:	**PRECO BOM**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/02/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**04/02/2023**
FGTS		Validade:	**18/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**28/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**19/01/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

Fl. Nº 580

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:21:46

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **J. F. DE OLIVEIRA E SILVA LTDA**
CNPJ: **28.695.501/0001-59**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL. Nº 581

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:19:52

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **H B SOUZA DA SILVA COMERCIO**
CNPJ: **36.242.644/0001-33**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 582

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**36.242.644/0001-33**	DUNS®:	**929247527**
Razão Social:	**H B SOUZA DA SILVA COMERCIO**		
Nome Fantasia:	**KAKA HORTIFRUTI**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**16/02/2023**
Natureza Jurídica:	**EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**20/05/2023**
FGTS	Validade:	**04/03/2023**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**05/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**22/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**07/05/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

FL Nº 583

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**36.242.644/0001-33**	DUNS®:	**929247527**
Razão Social:	**H B SOUZA DA SILVA COMERCIO**		
Nome Fantasia:	**KAKA HORTIFRUTI**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**16/02/2023**
Natureza Jurídica:	**EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**20/05/2023**
FGTS	Validade:	**18/12/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**29/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**22/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**08/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL. Nº 584

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2023 15:34:12

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **TONDO S/A.**
CNPJ: **88.618.285/0004-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalizacão de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**88.618.285/0004-12**	DUNS®:	**911886042**
Razão Social:	**TONDO S/A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**15/04/2023**
FGTS		Validade:	**24/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**11/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**09/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**22/01/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**88.618.285/0004-12**	DUNS®:	**911886042**
Razão Social:	**TONDO S/A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**15/04/2023**
FGTS		Validade:	**24/02/2023**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**26/06/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**09/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**22/01/2023** (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

FL Nº 587

C. G. P. LTDA (MEGA CONSULTORIA E SERVICOS) CNPJ: 09.006.814/0001-08

C. G. P. LTDA (MEGA CONSULTORIA E SERVICOS): 09.006.814/0001-08 IE: 12035401 Rua Rio Sepatini, nº 62, QD 15, SALA 01 - Armando Mendes - Manaus - AM - 69089100 E-MAIL: CGPMEGA@GMAIL.COM TELEFONE (92) 99404-3960/ VICTORIA vem meio desta propor valores para os itens abaixo.

Para, **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO Equipe de licitação GAMA/SUPEL,**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND/ MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
50	Margarina. Embalagem primária: balde plás tic o hermetic amente fec hado, res is tente, atóxico, apropriado para c ontatos diretos c om alimentos, adequado para c ondiç ões de armazenamento e lhe c onfiram uma proteç ão apropriada durante todo o período de validade. C apac idade: 1 5 Kg. Embalagem s ec undaria: c aixa de papelão reforç ada, lac rada c om fita ades iva ou c inta, res is tente ao impacto e que lhe c onfira uma proteç ão apropriada durante todo o período de validade. C apacidade: 1 8 Kg. P eso liquido s egue dis posto na P ort I NM ETRO nº 1 5 3, de 1 9 /05/08. P razo de validade mínimo vigente de 7 (s ete) mes es . Deverão es tar impres s as , de forma c lara e indelével, as s eguintes informaç ões denominaç ão de venda e a marc a; identific aç ão da origem; identific aç ão do lote; c onteúdo líquido; prazo de validade; lis ta de ingredientes; número de regis tro no SI F; c ondições de c onservações e teor de lipídios. A lém destas, os produtos deverão atender as toas as es pec ific aç ões c ontidas no	5 ,1 4 3 Kg/ P rimor dos TR Embalagens: parece que 500g ou 1kg ou balde de 3kg ou 15kg	R$ 6 ,8 8	R$ 4 5 1 .138,11

FL Nº 588

	Boletim T écnico BT30 4 04-19, 2 ª edição 2 021, que s e enc ontra ao edital. Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.			
VALOR TOTAL				**R$ 4 5 1 .138,11**

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$ 4 5 1 .138,11(QUATROCENTOS E CIQUENTA UM MIL CENTO E TRINTA OITO REAIS E ONZE CENTAVOS).

VALIDADE DA PROPSTA 120(cento e vinte) dias.

DADOS BANCARIOS
BANCO DO BRASIL
AG: 1219-0
Cc:57811-8

MANAUS,28 DE DEZEMBRO DE 2023.

C G P LTDA:09006814000108

Assinado de forma digital por C G P LTDA:09006814000108
DN: c=BR, st=AM, l=MANAUS, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=AR AMAZON DIGITAL CERTIFICADORA, ou=Presencial, ou=211966010000191, cn=C G P LTDA:09006814000108
Dados: 2022.12.28 12:38:03 -03'00'

M N RESTAURANTE E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

CNPJ: 24.920.653/0001-57

FL Nº 589

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Processo Administrativo n° 64321.019104/2022-61)

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

1. A firma MN RESTAURANTE E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.920.653/0001-57, sediada na Av: Santos Dumont, nº 2220, bairro Tarumã, na ciadade Manaus- Am, por seu representante legal infra-assinado e qualificado, vem por meio desta apresentar sua proposta de preços para o Pregão Eletrónico (SRP) nº 02/2022, em conformidade com a Sessão Pública de lances ofertados por meio eletrônico em 07/12/2022, DECLARANDO AINDA, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da lejislação concernente às licitações no âmbito do Exército Brasileiro e o teor do respectivo edital, subordinando-se ao contido no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

2. Cotação dos materiais, de acordo com o Termo de Referencia e Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL	MARCA/ MODELO	FABRICANTE	UNIDADE DE ENTREGA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
51	OLEO DE SOJA : Embalado em garrafas limpas, não amassadas, sem estofamento, resistes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, fornecimento em garrafa contendo 900 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Concordia Garrafa (900 ml)	Concordia	ML	58.511	R$9,00	R$526.599,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: Quinhentos e Vinte e Seis Mil Quinhentos e Noventa e Nove Reais.							**R$ 526.599,00**

A empresa MN RESTAURANTE E COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA declara que:

1. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir desta data.
2. Frete para entrega e demais insumos já incluídos no preço.
3. Dados bancários para pagamento:

Banco: SANTANDER Agência: 3438 -Conta-corrente: 13002450-5

Manaus/ AM, 20 de Dezembro de 2022.

Documento assinado digitalmente

[redacted]

média mercado:
9,28.

JOSE JOAQUIM TEIXEIRA LOPES NETO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 521.787.062-15

Zimbra **pregao@12rm.eb.mil.br**

RES: Pregão Eletrônico n° 02/2022 - Aquisição de gêneros alimentícios - item 35 - Empanado Steak

FL. Nº 590

De : Sandra Menezes <sandra.menezes@brf.com> seg., 26 de dez. de 2022 12:09

Assunto : RES: Pregão Eletrônico n° 02/2022 - Aquisição de gêneros alimentícios - item 35 - Empanado Steak 2 anexos

Para : Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br>

Prezados, boa tarde

Conforme falamos, em relação ao item 35, gostaríamos de esclarecer quanto a validade do produto.

Somos fabricantes das marcas Sadia e Perdigão, nosso frango empanando Steak, tem validade de 90 dias. No termo de referência pede validade vigente de no mínimo 5 meses.

Desta forma, solicitamos parecer do Órgão, para aceitação da validade de até 90 dias, caso não seja possível, pedimos o declínio do item.

Desde já agradecemos.

Atte.,

Sandra Menezes
Rua Hungria, N° 1400 - 5º andar - São Paulo/SP - 01455-000
Telefone: (11) 99401-9737 | **www.brf-global.com**

De: Sandra Menezes
Enviada em: quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 14:13
Para: Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br>
Assunto: RES: Pregão Eletrônico n° 02/2022 - Aquisição de gêneros alimentícios - item 35

Pode entrar em contato nesse telefone 11-99401-9737.

Sandra Menezes
Rua Hungria, N° 1400 - 5º andar - São Paulo/SP - 01455-000
Telefone: (11) 99401-9737 | **www.brf-global.com**

De: Seção de Licitações e Contratos <pregao@12rm.eb.mil.br>
Enviada em: quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 13:28
Para: Sandra Menezes <sandra.menezes@brf.com>
Assunto: Re: Pregão Eletrônico n° 02/2022 - Aquisição de gêneros alimentícios - item 35

[External E-mail]

This e-mail is from an external source. Be sure you trust this sender before clicking on any links or attachments.
Este e-mail foi recebido de uma fonte externa. Tenha certeza de que você confia neste remetente antes de clicar em qualquer link ou anexo.

Prezada,

FL Nº

Sandra

Preciso falar com você

De: "Seção de Licitações e Contratos" <pregao@12rm.eb.mil.br>
Para: "Sandra Menezes" <sandra.menezes@brf.com>
Enviadas: Quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 11:22:50
Assunto: Re: Pregão Eletrônico n° 02/2022 - Aquisição de gêneros alimentícios - item 35

Prezada,

Sandra

Informo que os sistema abriu para critério de desempate, portanto foi um equivoco na convocação.

De: "Sandra Menezes" <sandra.menezes@brf.com>
Para: "Seção de Licitações e Contratos" <pregao@12rm.eb.mil.br>
Enviadas: Quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 10:43:51
Assunto: Pregão Eletrônico n° 02/2022 - Aquisição de gêneros alimentícios - item 35

Bom Dia, Prezados

Ref.: Pregão Eletrônico n° 02/2022

Referente ao item 35 (Steak) o sistema não abriu para anexarmos a proposta.

Atte,

Sandra Menezes
Rua Hungria, N° 1400 – 5º andar – São Paulo/SP – 01455-000
Telefone: (11) 99401-9737 | **www.brf-global.com**

ATENÇÃO: *Esta mensagem, incluindo os seus anexos, contém informações destinadas a indivíduo e propósito específicos, e é protegida por lei. Caso você não seja o citado indivíduo, deve apagar esta mensagem. É terminantemente proibida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes nesta mensagem. As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos são de responsabilidade de seu autor, não representando ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte da BRF S/A.*

Conheça o Manual de Transparência da BRF, nosso Código de Conduta, disponível em Ética e Integridade do nosso portal corporativo.
Nosso Canal Independente de Transparência para casos de violação do Manual de Transparência é 0800 450 0000 ou integridade.brf.com

DİKKAT. *Bu e-posta ve içindekiler sadece gönderilen kişiler içindir ve bu kişilerin iş amaçlı kullanımı içindir ve kanunlar tarafından korunmaktadır. Eğer bu iletişime hatayla dahil olduysanız veya ilgili kişi değilseniz, lütfen derhal siliniz. Bu iletişimde bulunan bilgilerin yetkilendirilmemiş kullanımı, erişimi, kopyalanması veya ifşası yasaktır. Mesajın içeriğinin sorumluluğu yazana aittir ve Banvit A.Ş. ve/veya BRF S/A'nın ideallerini, düşüncelerini, fikirlerini veya herhangi bir beyanatını temsil etmez.*

Kurumsal portalımızda Etik ve Dürüstlük bölümünde yer alan BRF Şeffaflık Kılavuzumuzu ve İş Ahlakı Kurallarımızı inceleyebilirsiniz.
İş Ahlakı Kurallarımızın her türlü ihlalini 0800 621 0202 veya compliance.brf.com ihbar kanallarımıza bildirebilirsiniz.

Kişisel verilerin korunmasına ilişkin beyanımıza bu linkten ulaşabilirsiniz: Banvit Aydınlatma Beyanı

ATTENTION: *This e-mail, including attachments thereto, is intended only for the named recipient and for business use of the recipient, and it is protected by law. If you have received this communication in error or are not the intended recipient, please immediately delete it. It's forbidden the unauthorized use, access, copy or disclose of the information contained in this communication. The content of this message is responsibility of the author and does not represent ideas, opinions, thoughts or any kind of statement of BRF S/A.*

Get to know the BRF Transparency Guide, our Code of Conduct, available at Ethics and Integrity in our corporate portal.
Our Whistleblower Channel in case of violation from our Code of Conduct is 0800 450 0000 or compliance.brf.com.

M N RESTAURANTE E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

CNPJ: 24.920.653/0001-57

FL Nº 591

Ao senhor, Pregoeiro no Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022

PEDIDO DE DESISTÊNCIA

A empresa **MN RESTAURANTE E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.920.653/0001-57, sediada na Av: Santos Dumont, nº 2220, bairro Tarumã, na ciadade Manaus- Am, vem por meio desta pedir **DESISTÊNCIA** dos itens : **2,4,5, 6, 43, 44, 46, 47 , 48 e 52** do **Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022** por motivos de os índices do balanço comercial de nossa empresa não suportar tais valores e os mesmos terem sido calculados com tabela do ano anterior a qual já sofreu reajuste , devendo apenas ser considerado o item **51** deste certame , tudo na melhor forma para que não prejudique os trabalhos deste pregão devendo ser convocado o segundo colocado como vencedor em cada um dos itens mencionados .

Sem mais, rogo por breve solução e para não atrapalhar o feito. Espero deferimento.

Manaus, 20/12/2022.

gov [redacted]

JOSE JOAQUIM TEIXEIRA LOPES NETO

SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF: 521.787.062-15

Av: Santos Dumont, Nº 2220, Bairro: Tarumã, CEP 69.041-000, Manaus/AM.

Contato: (92) 8129-5554/ (92) 8133-7744

MAR RIO
INDUSTRIA ECOMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

FL Nº 592

PROPOSTA DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022
(Processo Administrativo nº64321.019104/2022-61)

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios de Quantitativo de Subsistência (QS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Nome de Fantasia: MAR RIO INDUSTRIA ECOMERCIO	
Razão Social: MAR RIO INDUSTRIA ECOMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	
CNPJ: 11.376.301/0001-30	Optante pelo SIMPLES? NÃO
Endereço: ENDEREÇO: RUA HIDRA, Nº118 - A	
Bairro: SANTO AGOSTINHO	Cidade: Manaus-AM
CEP: 69.036-520	E-mail: comercial2@marriocomercio.com.br
Telefone: (92) 98112 0296	Fax:
Banco [redacted]	Conta Corrente [redacted]
Nº da agência bancária:	[redacted]

ITEM	GÊNERO ALIMENTÍCIOS - DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
41	**LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO**. Embalagem primária: produto embalado em saco aluminizado resistente, atóxico, hermético e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 1 kg. Produto embalado em lata metálica de boa qualidade, resistente, atóxica, isenta de avarias ou ferrugem, hermética e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e que lhe confiram uma proteção apropriada durante todo período de validade. Capacidade da caixa para produto embalado em saco aluminizado: 10 kg. Capacidade da caixa para produto embalado em lata metálica: 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; prazo de validade; instruções de preparo; e número de registro no SIF. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Não serão aceitos produtos destinados a programas institucionais. Neste caso o produto apresentará na rotulagem as expressões "Venda Proibida" e "Produto Institucional". Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-18, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	DULEIT	Kg	169.732	R$ 24,99	R$ 4.241.602,68
	Valor TOTAL:					**4.241.602,68**
	Valor por extenso (TOTAL DA PROPOSTA):	Quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e dois reais e sessenta e oito centavos....				

[redacted]

MAR RIO INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
CNPJ: 11.376.301/0001-30 I.E: 04.297.015-6
RUA : HIDRA , 188 LETRA - A – SANTO AGOSTINHO - CEP 69036-520 Manaus – AM
Email: comercial2@marriocomercio.com.br Fones: 3625-4460

34,99
36,19
38,75
médio = 36,64

FL Nº 593

65 anos 1953-2018

PROPOSTA DE PREÇOS

Ilmo. Sr Pregoeiro:

A empresa **TONDO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 88.618.285/0004-12, situada na Rod. RSC 122, nº 10.668 – Km 66, Bairro Forqueta - Caxias do Sul/RS, CEP: 95115-550**, se propõe a vender os itens abaixo, atendendo a todas as condições estipuladas no Edital e seus anexos, referente ao Pregão Eletrônico nº **02/2022** do **COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR**

Item	Especificação	Marca	Quant.	Un	Valor Unitário	Valor Total
45	Macarrão Parafuso. Produto não fermentado apresentado sob várias formas, obtido pelo /ou sêmola/semolina de trigo, adicionado ou não de outras substâncias e/ou aditivos permitidos; obtido a partir de matérias primas, sãs, limpas e em perfeito estado de conservação, respeitando as "Normas Higiênico-Sanitárias e Boas Práticas de Fabricação". Fabricante: Tondo S/A Origem produto Nacional Validade produto: 24 meses.	**DIANA**	**59.406**	**PCT**	**R$ 3,50**	**R$ 207.921,00**
47	Macarrão Penne Produto não fermentado apresentado sob várias formas, obtido pelo /ou sêmola/semolina de trigo, adicionado ou não de outras substâncias e/ou aditivos permitidos; obtido a partir de matérias primas, sãs, limpas e em perfeito estado de conservação, respeitando as "Normas Higiênico-Sanitárias e Boas Práticas de Fabricação". Fabricante: Tondo S/A Origem produto Nacional Validade produto: 24 meses.	**DIANA**	**55.870**	**PCT**	**R$ 3,49**	**R$ 194.986,30**
					TOTAL	**R$ 402.907,30**

Observações:

Tondo S.A.
Rodovia RS 122, 10.668, Km 66 – Bairro Forqueta – 95115-550 – Caxias do Sul / RS – Fone: (54) 3026.7500
Rua 10 de Novembro, 264 – Bairro Cidade Alta – 95700-000 – Bento Gonçalves / RS – Fone: (54) 3055.0500
Rod. Antônio Heil, Km 01, 1001 – Bairro São Pedro – 88316-000 – Itajaí / SC – Fone: (47) 3045.9600
Rua Marçal Guarani, 234 – Bairro Umbará – 81930-144- Curitiba/PR – Fone: (41) 3396.0266
Rua Municipal, 181 – Bairro Fundação – 09520-170 – São Caetano do Sul/ SP – Fone: (11) 2759.2154

Penne = 4,45; 3,69; 4,12
Média = 4,08

Parafuso: 4,49; 3,49; 3,39
média = 3,79

FL Nº 594

65 anos 1953-2018

- Validade da Proposta de Preços: **60 dias**
- Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, seguros e etc;
- O prazo de início do serviço: a partir da assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho;
- Informamos ainda, a conta bancária da empresa: **Banco: Banco do Brasil (001), Agência: 3168-2, Conta: 309011-6**
- Nome e CPF do representante da empresa: **Milton José Schuch, CPF: 085.384.250-72;**
- **Telefones: 51-3029-6646 ou 51-98439-9027**;
- E-mail: **schuch.licitacoes@yahoo.com.br.**

Atenciosamente,

Caxias do Sul, 22 de dezembro de 2022.

MILTON JOSE SCHUCH
08538425072
ACT-Safeweb 22/12/2022 10:57:11

Milton José Schuch

Procurador e Representante Legal

RG/ID nº [redacted] e CPF nº [redacted]

Tondo S.A.
Rodovia RS 122, 10.668, Km 66 – Bairro Forqueta – 95115-550 – Caxias do Sul / RS – Fone: (54) 3026.7500
Rua 10 de Novembro, 264 – Bairro Cidade Alta – 95700-000 – Bento Gonçalves / RS – Fone: (54) 3055.0500
Rod. Antônio Heil, Km 01, 1001 – Bairro São Pedro – 88316-000 – Itajaí / SC – Fone: (47) 3045.9600
Rua Marçal Guarani, 234 – Bairro Umbará – 81930-144- Curitiba/PR – Fone: (41) 3396.0266
Rua Municipal, 181 – Bairro Fundação – 09520-170 – São Caetano do Sul/ SP – Fone: (11) 2759.2154

COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 64321.019104/2022-61

ANEXO V

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

1. A firma L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.763.627/0001-55, sediada na Rua Inácio Bento, nº 164, sala 2A bairro Flores, na cidade Manaus - estado Amazonas, por seu representante legal infra-assinado e qualificado, vem por meio desta apresentar sua proposta de preços para o Pregão Eletrónico (SRP) nº 02/2022, em conformidade com a Sessão Pública de lances ofertados por meio eletrônico em 30/11/2022 , DECLARANDO AINDA, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da lejislação concernente às licitações no âmbito do Exército Brasileiro e o teor do respectivo edital, subordinando-se ao contido no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

2. Cotação dos materiais, de acordo com o Termo de Referencia e Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro:

Item	Descrição Detalhada do Material	Unidade de Entrega	Marca	Quantidade	Valor Unitáio (R$)	Valor Total (R$)
43	**MACARRÃO TIPO ESPAGUETE**. Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa	Embalagem 500g	Ambra	57.285	R$3,24	R$185.603,40

4,45
3,55
4,99 média = 4,33

L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 04.763.627/0001-55
End: Rua Inácio Bento, nº 164, sala 2A bairro Flores
Cidade Manaus - Estado Amazonas
CEP 69.058-197

FLS Nº 595

	resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o pe-ríodo de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2a edição 2021, que se encontra anexa ao edital.					
44	**MACARRÃO TIPO ESPAGUETE**. Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundário conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade 10kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações denominação de venda o a marca identificação da origem: identificação do lote conteúdo liquido e prazo de validado. Além destas os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2ª edição 2021 que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25.00%**	Embalagem 500g	Ambra média = 4,33	13437	3,24	R$ 43.535,88
48	**MACARRÃO TIPO PENNE.** Embalagem primária: produto em-balado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de es-tocagem. Peso líquido: 500 gramas. Embalagem secundária: con-junto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o pe-ríodo de estocagem. Capacidade: 10 kg. Prazo	Embalagem 500g	Ricosa a média = 4,08	14.852	R$4,85	R$72.032,20

L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 04.763.627/0001-55
End: Rua Inácio Bento, nº 164, sala 2A bairro Flores
Cidade Manaus - Estado Amazonas
CEP 69.058-197

Nº 596

	de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo lí-quido; e prazo de validade. Além destas, os produtos deverão aten-der a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30.404-25, 2a edição 2021, que se encontra anexa ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%**					
					Valor Total	**R$ 301.171,48**

Valor Proposta por extenso: Trezentos e Um Mil e Cento e Setenta e Um Reais e Quarenta e Oito Centavos.

3. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir desta data.
4. Frete para entrega e demais insumos já incluídos no preço.

.

Manaus, AM, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

LU[redacted]
RIC
MA
FAF
662

Representante legal da firma
Nome: Lucas Richel Magno Faria
CPF.: [redacted]
Ident.: [redacted]
Tel.: (92) 99349-2271

04.763.627/0001-55
L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIO LTDA
Rua Inácio Bento, nº 164, Sala 2 A
Bairro Flores
CEP: 69.058-197
Manaus - AM

FL Nº 597

L R COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 04.763.627/0001-55
End: Rua Inácio Bento, nº 164, sala 2A bairro Flores
Cidade Manaus - Estado Amazonas
CEP 69.058-197

FL Nº 598

C. G. P. LTDA (MEGA CONSULTORIA E SERVICOS) CNPJ: 09.006.814/0001-08

C. G. P. LTDA (MEGA CONSULTORIA E SERVICOS) :09.006.814/0001-08 IE: 12035401 Rua Rio Sepatini, nº 62, QD 15, SALA 01 - Armando Mendes - Manaus - AM - 69089100 E-MAIL: CGPMEGA@GMAIL.COM vem meio desta propor valores para os itens abaixo.

Para, **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO Equipe de licitação GAMA/SUPEL,**

Nr	Produto	Unidade de medida / Marca	Requisição máxima a cada pedido	Valor unitário máximo aceitável	Valor total máximo aceitável
46	**Macarrão Tipo Parafuso (FUSILLI)**. Embalagem primária: produto embalado em pacote plástico transparente selado, resistente, atóxico e que confira proteção adequada ao produto durante o período de estocagem. Peso liquido: 500 gramas. Embalagem secundaria: conjunto de unidades primárias embalado em fardo plástico ou caixa, resistente, que confira proteção apropriada ao produto durante o período de estocagem. Capacidade: 10 Kg. Prazo de validade mínimo vigente de 10 (dez) meses. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações denominação de venda e a marca; identificação da origem; identificação do lote; conteúdo líquido; e prazo de validade. O recebimento do produto estar condicionado à apresentação no Ato de entrega do Laudo da qualidade Global do café, ponto de torra, moagem e matérias estranhas macroscópicas e microscópicas, referente ao lote de entrega, emitido por laboratório especializado. Não será aceito laudo de laboratório de controles de validade Interno da empresa produtora do café. Além destas, os produtos deverão atender as toas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30 404-19, 2ª edição 2021, que se encontra ao edital. **Cota reservada para ME/EPP de até 25,00%.**	Embalagem de 500g / Ricosa	11.316	R$ 4,00	R$ 45.264,00
Total Estimado					R$ 45.264,00

Valor total da proposta: R$ 45.264,00 (quarenta e cinco mil e duzentos e sessenta e quatro reais).

Validade da proposta: 120 (cento e vinte)dias.

[redacted]dos Bancários

[redacted]

6,49 ; 7,94 ; 5,69

média = 6,70

Manaus, 26 de dezembro de 2022.

C G P LTDA:09006814000108

Assinado de forma digital por C G P LTDA:09006814000108
Dados: 2022.12.26 13:25:29 -04'00'

Frangos Pioneiro Ind e Com de Alimentos Ltda.
CNPJ: 00.974.731/0006-42
Insc. Est: 903.09583-03

Fone/Fax: (43) 3534.3243
Rod. Parigot de Souza, PR-092, Km 302,8
Joaquim Távora/PR
CEP: 86.455-000
E-mail: manaimcomercial@hotmail.com

FL Nº 599

PROPOSTA DE PREÇOS

AO COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
A/C: Comissão Permanente de Pregão

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
53	136.767	Kg	Peito de frango desossado, sem pele, congelado. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade até 5 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido, condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no boletim Técnico BT30.404-10, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**R$ 13,20**	**R$ 1.805.324,40**
59	47.457	Kg	Sassami de frango congelada. Embalagem primária: saco plástico atóxico, transparente, com boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente ou conjuntamente. Capacidade até 1 a 2 kg. Embalagem secundária: caixa de papelão envolta por plástico transparente, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. Capacidade até 20 kg. Prazo de validade mínimo vigente de 9 (nove) meses, respeitada a forma de conservação descrita na embalagem. Deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações: denominação de venda e a marca; identificação da origem; conteúdo líquido; número do lote; data de fabricação; data de validade; tipo de corte contido, condições de armazenagem (temperatura de conservação); e carimbo e número de registro no SIF; e instruções obrigatórias de uso, preparo e conservação. Obrigatório o registro do estabelecimento produtor no DIPOA (SIF). Além destas, os produtos deverão atender a todas as especificações contidas no boletim Técnico BT30.404-12, 2ª edição 2021, que se encontra anexa ao edital.	**R$ 15,40**	**R$ 730.837,80**
MARCA: FRANGOS PIONEIRO					
VALOR TOTAL: R$ 2.536.162,20 (Dois milhões quinhentos e trinta e seis mil cento e sessenta e dois reais e vinte centavos)					

Médias mercado
Peito - 13,65
Sassami - 16,74.

Frangos Pioneiro Ind e Com de Alimentos Ltda.
CNPJ: 00.974.731/0006-42
Insc. Est: 903.09583-03

Fone/Fax: (43) 3534.3243
Rod. Parigot de Souza, PR-092, Km 302,8
Joaquim Távora/PR
CEP: 86.455-000
E-mail: manaimcomercial@hotmail.com

FL Nº 600

- **Validade da proposta**: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.
- **Demais especificações seguem em conformidade com o Edital.**
- **Banco do Brasil – Agência 3407-X – C/C: 5764-9 – Joaquim Távora/PR.**

Joaquim Távora/PR, 7 de Dezembro de 2022.

Frangos Pioneiro Ind e Com de Alimentos Ltda.
Amauri Lopes Ramos
RG: [redacted]
Representante Legal

FRANK DE ALMEIDA COSTA - EIRELI

FL Nº 601

PROPOSTA DE PREÇOS

PARA AQUISIÇÃO DE QUANTITATIVO DE RANCHO

COMANDO DO EXÉRCITO

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

Comando da 12ª Região Militar

PROCESSO ADMINISTRATIVO
N° 64321.019104/2022-61

Rua Ponta Grossa, n.33 – Colônia Oliveira Machado – Manaus – AM CEP : 69.074-190
CNPJ: 07.045.069/0001-80 I.E - 04.213.164-2 I.M - 44678801
Fone: (092) 2101-4800 / (92) 99505-1515 / (92) 99181-5191 e-mail – knfcosta@gmail.com / comercialampolpas@gmail.com

FRANK DE ALMEIDA COSTA - EIRELI

FL Nº 602

P.E: 20/2022

Manaus, 22 de Dezembro de 2022.

Ao

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

(Comando da 12ª Região Militar)

Nesta.

Ref.: **AQUISIÇÃO DE QUANTITATIVO DE RANCHO**

Ass.: **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64321.019104/2022-61**

Prezados Senhores:

Em atendimento à solicitação acima, apresentamos nossa proposta de preços. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios em proveito do Comando Militar da Amazônia, para suprir as necessidades da seção de subsistência desta unidade.

1 — **PREÇOS**

- Os nossos preços unitários incluindo o fornecimento de material, transporte, conforme planilha de quantidades e preços em anexo.

- O preço global de nossa proposta incluindo fornecimento de materiais, transporte, é de **R$ 394.732,50 (Trezentos e Noventa e Quatro Mil, Setecentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta Centavos).**

Rua Ponta Grossa, n.33 – Colônia Oliveira Machado – Manaus – AM CEP : 69.074-190
CNPJ: 07.045.069/0001-80 I.E - 04.213.164-2 I.M - 44678801
Fone: (092) 2101-4800 / (92) 99505-1515 / (92) 99181-5191 e-mail – knfcosta@gmail.com / comercialampolpas@gmail.com

FRANK DE ALMEIDA COSTA - EIRELI

FL Nº 603

2. — **Dos Preços, Especificações e Quantitativos**

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição.	Marca	Unid	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
64	**Peixe In Natura Tipo Corte: Posta , Variedade: Surubim , Estado De Conservação: Congelado(A) , Apresentação: Com Pele** VV	FRIGORIFICO RIO MAR	KG	2160	R$ 24,50	R$ 52.920,00
72	**Peixe In Natura Variedade: Jaraqui , Tipo Corte: Eviscerado Sem Cabeça , Apresentação: Com Pele , Estado De Conservação: Congelado(A)** Espalmado	FRIGORIFICO RIO MAR	KG	3600	R$ 17,75	R$ 63.900,00
75	**Peixe In Natura Variedade: Pacu , Tipo Corte: Eviscerado Sem Cabeça , Apresentação: Com Pele , Estado De Conservação: Congelado(A)** Espalmado	FRIGORIFICO RIO MAR	KG	11550	R$ 15,75	R$ 181.912,50
76	**Peixe In Natura Variedade: Pacu , Tipo Corte: Eviscerado Sem Cabeça , Apresentação: Com Pele , Estado De Conservação: Congelado(A)**	FRIGORIFICO RIO MAR	KG	3450	R$ 14,00	R$ 48.300,00
78	**Peixe In Natura Variedade: Piramutaba , Tipo Corte: Posta , Apresentação: Com Pele , Estado De Conservação: Congelado(A)** VV posta.	FRIGORIFICO RIO MAR	KG	3000	R$ 15,90	R$ 47.700,00
TOTAL						**R$ 394.732,50**

3 — **VALIDADE DA PROPOSTA / ATA**

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

* Medias Mercado
Surubim — 28,47
Piramutaba - 18,94.
Pacu = 16,28

4 — **DADOS BANCÁRIOS**

Banco do Brasil

[redacted]

Atenciosamente, FRANK DE[redacted] Assinado de forma digital ALMEIDA[redacted] LMEIDA EIRELI:07[redacted]000180 0180 [redacted]22 10:41:36

Rua Ponta Grossa, n.33 – Colônia Oliveira Machado – Manaus – AM CEP : 69.074-190
CNPJ: 07.045.069/0001-80 I.E - 04.213.164-2 I.M - 44678801
Fone: (092) 2101-4800 / (92) 99505-1515 / (92) 99181-5191 e-mail – knfcosta@gmail.com / comercialampolpas@gmail.com

FL Nº 604

MINISTERIODADEFESA
EXÉRCITOBRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo nº 64321.019104/2022-61)

1. A firma SEARA ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.914.460/0191-70 sediada V Anhanguera s/n km:26 421 metros: galpão 3 CEP: 05.275-000 Bairro: JD. JARAGUA SP, por seu representante legal infra-assinado e qualificado, vem por meio desta apresentar sua proposta de preços para o Pregão Eletrônico (SRP) nº 02/2022, em conformidade com a Sessão Pública de lances ofertados por meio eletrônico em 07/12/2022, DECLARANDO AINDA, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da legislação concernente às licitações no âmbito do Exército Brasileiro e o teor do respectivo edital, subordinando-se ao contido no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

2. Cotação dos materiais, de acordo com o Termo de Referência e Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro:

ITEM	ARTIGO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
29	CARNE SUÍNA DESOSSADA, CONGELADA, CORTE LOMBO. Corte obtido pela liberação das massas musculares aderidas as dez últimas vértebras torácicas, porção dorsal das costelas correspondentes e vértebras lombares. O lombo é obtido pelos músculos longo dorsal, íliocostais, espinhais dorsais, multifídos, intercostais, serrato dorsal caudal e intertransversos lombares. Gordura de Cobertura: ≤ 5% do peso da peça, e tonalidade que varia do branco a amarela sem apresentar pontos hemorrágicos. Obtido de suíno selecionado, de boa qualidade, com perfeito desenvolvimento muscular, abatido, processado, acondicionado, armazenado, conforme as "Condições HigiênicoSanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos"; em matadourofrigorífico sob Inspeção Federal. EMBALAGEM: a). Primária: Embalado em plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica (termosoldada) e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente com etiqueta interna. b).	KG	30.012	R$ 18,02	R$ 540.816,24 19,99 29,88 16,19 Média = 19,79

FL Nº 605

	Secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), com peso líquido entre 20 a 30 quilos, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. O produto deve possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de 09 (nove) meses, contados a partir do recebimento do artigo. Outras especificações conforme Boletim Técnico (BT30.404-14) 2° edição 2021, que se encontra anexa ao edital Registro de produto:627/1897 Validade do produto: 12 meses Marca: Seara Fabricante: Seara Alimentos Ltda.				
31	CARNE SUÍNA DESOSSADA, CONGELADA, CORTE PERNIL. Corte obtido pela liberação das massas musculares aderidas ao ísquio, íleo, púbis, sacro, duas primeiras vértebras coccígeas, fêmur, tíbia, fíbula, tuberosidade calcânea (tarso) e patela. O pernil é obtido pelos músculos tensor da fáscia lata, glúteo médio, profundo e acessório, bíceps femoral, sartório, grácilis, pectíneo, adutor femoral, sem membranoso, gêmeos, obturadores, quadrado femoral, semitendinoso, gastrocnêmio, flexor digital superficial, reto femoral, vasto lateral, medial, intermédio, extensor digital, fibular longo, fibular terceiro, extensor digital longo e poplíteo. Gordura de Cobertura: ≤ 6% do peso da peça, e tonalidade que varia do branco a amarela sem apresentar pontos hemorrágicos. Obtido de suíno selecionado, de boa qualidade, com perfeito desenvolvimento muscular, abatido, processado, acondicionado, armazenado, conforme as "Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos"; em matadouro-frigorífico sob Inspeção Federal. EMBALAGEM: a) Primária: Embalado em plástico atóxico, transparente, de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica (termo soldada) e boa resistência mecânica. Peça embalada individualmente com etiqueta interna. b) secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), com peso líquido entre 20 a 30 quilos, lacrada com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva. O produto deve possuir, no mínimo, prazo de validade vigente de 09 (nove) meses, contados a partir do recebimento do artigo. Outras especificações conforme Boletim Técnico (BT30.404-14) 2° edição 2021, que se encontra anexa ao edital Registro de produto:627/	KG	29.054	17,53 18,99 17,80 19,26 18,35	R$ 509.316,62

FL Nº 606

	1897 Validade do produto: 12 meses marca: Seara. Fabricante: Seara Alimentos Ltda.				

TOTAL: R$ 1.050.132,86 (UM MILHÃO CINQUENTA MIL CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

3. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir desta data.
4. Frete para entrega e demais insumos já incluídos no preço.

[redacted]

E-mail: licitacao@friboi.com.br

Manaus, AM, 19 de dezembro 2022.

[redacted]

Procuradora JBS
CPF: 298.406.058-01

FL Nº 607

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

1. A firma Comércio de Frios Manaus , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 104181610001-53, sediada na Rua Porangatu nº 29 , bairro Redenção , na cidade Manaus - estado do Amazonas , por seu representante legal infra-assinado e qualificado, vem por meio desta apresentar sua proposta de preços para o Pregão Eletrônico (SRP) nº 02/2022, em conformidade com a Sessão Pública de lances ofertados por meio eletrônico em 07/12/2022 , DECLARANDO AINDA, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da legislação concernente às licitações no âmbito do Exército Brasileiro e o teor do respectivo edital, subordinando-se ao contido no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

2. Cotação dos materiais, de acordo com o Termo de Referencia e Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL	UN	MARCA	FABRICANTE	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
23	Carne bovina desossada congelada, MIOLO DA PALETA Embalagem transparente, plástico atóxico,alta barreira ao oxigênio e umidade , boa selagem térmica, e boa resistência mecânica.Peça inteira embalada a vácuo individualmente com etiqueta interna.Embalagem secundária caixa papelão resistente ao impacto e as condiçoes de estocagem em sistema de congelamento com etiqueta adesiva,com prazo mínimo vigente de 9(nove) meses , respeitada a forma de conservação escrita na embalagem, com identificação de origem,lote,marca,corte, data de fabricação,data de validade,condição de armazenagem(temperatura de conservação), carimbo e numero de registro no SIF, registro de estabelecimento produtor no DIPOA(SIF), produtos deverão atender a todas as especificações contidas no Boletim Técnico BT30. 404-04 2ª edição 2021 anexa ao edital	kg	Friboi	Jbs 29,90 34,29 31,40 médio 31,86	52.999	26,63	1.411.363,37
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA			1.411.363,37

Valor Unitário Item 23 – R$ 26,63 (Vinte e seis reais e sessenta e três centavos)
Valor Total Global: 1.411.363,37 (Um milhão , quatrocentos e onze mil , trezentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos)

3. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir desta data.
4. Frete para entrega e demais insumos já incluídos no preço.
5. Dados bancários para pagamento:

[redacted]

33,99
40,59
39,99
média = 38,85

Manaus, AM 15 de Dezembro de 2022

ELI FERNANDES [redacted]
DUTRA:10651039 [redacted]
E[redacted]
CPF: [redacted]
RG: [redacted]
(92) 4104-3529

FL Nº 608

MINISTERIODADEFESA

EXÉRCITOBRASILEIRO

COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

(REGIÃO MENDONÇA FURTADO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº 64321.019104/2022-61)

1. A firma JBS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.916.265/0024-56 sediada Rod. BR 497 KM 2,5 S/N CEP: 38.280-000 Bairro: Zona Rural Iturama MG, , por seu representante legal infra-assinado e qualificado, vem por meio desta apresentar sua proposta de preços para o Pregão Eletrônico (SRP) nº 02/2022, em conformidade com a Sessão Pública de lances ofertados por meio eletrônico em 07/12/2022, DECLARANDO AINDA, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento da legislação concernente às licitações no âmbito do Exército Brasileiro e o teor do respectivo edital, subordinando-se ao contido no mesmo, cujos dispositivos reconhece, para todos os efeitos, terem caráter contratual.

2. Cotação dos materiais, de acordo com o Termo de Referencia e Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE ENTREGA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (RS)	VALOR TOTAL (R$)
13	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA, COXÃO DURO Características Gerais: O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação. O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham, não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção. Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido. O artigo deve possuir, no mínimo 9 meses de prazo de validade vigente. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada, com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva com capacidade de 20 a 30kg. O produto deve seguir conforme Boletim Técnico BT30.404-04. 2°EDIÇÃO 2021, que se encontra anexa ao edital. Validade do produto: 12 meses Fabricante: JBS S/A Marca: Friboi Registro do Produto: 4/3225	KG	53.548	R$ 26,40	R$ 1.413.667,20

FL Nº 609

15	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA, COXÃO MOLE (SEM CAPA). Características Gerais: O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação. O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção. Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido. O artigo deve possuir, no mínimo 9 meses de prazo de validade vigente. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada, com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva com capacidade de 20 a 30kg. O produto deve seguir conforme Boletim Técnico BT30.404-04. 2°EDIÇÃO 2021, que se encontra anexa ao edital. Validade do produto: 12 meses Fabricante: JBS S/A Marca: FRIBOI Registro do produto: 4/3225	KG	53.548	R$ 31,50	R$1.686.762,00
17	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA LAGARTO Características Gerais: O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação. O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham, não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção. Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido. O artigo deve possuir, no mínimo 9 meses de prazo de validade vigente. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada, com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva com capacidade de 20 a 30kg. O produto deve seguir conforme Boletim Técnico BT30.404-04. 2°EDIÇÃO 2021, que se encontra anexa ao edital. Validade do produto: 12 meses Fabricante: JBS S/A Marca: Friboi Registro do produto: 4/3225	KG	53.548	R$ 27,89	R$1.493.453,72

FL Nº 6010

19	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA, MAMINHA Características Gerais: O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação. O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham, não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção. Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido. O artigo deve possuir, no mínimo 9 meses de prazo de validade vigente. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada, com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva com capacidade de 20 a 30kg. O produto deve seguir conforme Boletim Técnico BT30.404-04. 2°EDIÇÃO 2021, que se encontra anexa ao edital. Validade do produto: 12 meses Fabricante: JBS S/A Marca: Friboi Registro do produto: 4/3225	KG	54.100	R$ 33,20	R$ 1.796.120,00
21	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA, MIOLO DA ALCATRA - Características Gerais: O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação. O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham, não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção. Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido. O artigo deve possuir, no mínimo 9 meses de prazo de validade vigente. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada, com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva com capacidade de 20 a 30kg. O produto deve seguir conforme Boletim Técnico BT30.404-04. 2°EDIÇÃO 2021, que se encontra anexa ao edital. Registro de produto: 4/3225 Validade do produto: 12 meses Fabricante JBS S/A	KG	53.548	R$ 32,99	R$1.766.548,52

FL Nº 611

25	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA, PATINHO. Características Gerais: O produto deve ser produzido em Estabelecimento de Carnes e Derivados, classificado como abatedouro frigorífico, que atende aos requisitos gerais de boas práticas de fabricação. O produto é proveniente de massas musculares e dos demais tecidos que as acompanham não incluídas as bases ósseas correspondentes, procedente de bovídeos sãos, abatidos conforme procedimentos que atendam aos requisitos de proteção e bem-estar animal para animais de produção. Entende-se por carne bovina desossada congelada a carne que, após desossa, é fracionada em cortes padronizados, embalada e submetida a processo tecnológico de congelamento rápido. O artigo deve possuir, no mínimo 9 meses de prazo de validade vigente. Embalagem primária: plástico atóxico, transparente de alta barreira ao oxigênio e umidade, boa selagem térmica e boa resistência mecânica. Peça embalada a vácuo individualmente, com etiqueta interna. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada (tipo caixa tampa e caixa fundo), lacrada, com fita adesiva ou cinta, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento, com etiqueta adesiva com capacidade de 20 a 30kg. O produto deve seguir conforme Boletim Técnico BT30.404-04. 2°EDIÇÃO 2021, que se encontra anexa ao edital. Validade do produto: 12 meses Fabricante: JBS S/A Marca: FRIBOI Registro do produto: 4/3225	KG	53.548	R$ 29,91	R$ 1.601.620,68
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (NOVE MILHÕES SETECENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E DOZE CENTAVOS..)					R$ 9.758.172,12

3. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir desta data.
4. Frete para entrega e demais insumos já incluídos no preço.
5. Dados bancários para pagamento:

[redacted] Conta-corrente: [redacted]

E-mail: licitacao@friboi.com.br

Manaus, AM, 20 de dezembro 2022.

[redacted]
Ana Paula Santos da Silva
Procuradora JBS
CPF: 298.406.058-01

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Nos termos do disposto no art. 38 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, lavro o encerramento do Volume Nº III do Processo Administrativo Nº 64321.023672/2022-67, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA (QS)**, em proveito do Comando da 12ª RM e Unidades Participantes, constituído das páginas 412 à 611.

Manaus-AM, 5 de setembro de 2023.

[redacted]

FELIPE MOTA ALMEIDA – 3º Sgt
Aux da SALC